

Observatório dos Arquivos do Rio Grande do Sul

Autores

Valéria Raquel Bertotti
valeria.bertotti@ufrgs.br

Francisco Alcides Cougo Junior
francisco.cougo@ufsm.br

Ana Paula Diedrich
anadiedrich@gmail.com

Ângela Hendler Mota
ginha.mota@gmail.com

Doralino Fábio Matos de Souza
dfabioms@gmail.com

Francisco Weliton Oliveira Araujo Souza
franciscowosouza@gmail.com

Luana Oliveira Mello
luanam_oliv@hotmail.com

Márcia Rodrigues de Sena
mrodriguesdesena@gmail.com



2021 Departamento de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria

Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)

Você tem o direito de compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato; adaptar, remixar, transformar, e criar a partir do material, de acordo com o seguinte: você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças forem feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de nenhuma maneira que sugira que o licenciante apoia você ou seu uso. Você não pode usar o material para fins comerciais.

Departamento de Arquivologia UFSM

Av. Roraima 1000

Prédio 74A – Sala 2147

Santa Maria – RS – CEP 97105-900

Fone: +55 55 3220 9255 – Departamento de Arquivologia

email: depto.arquivologia@ufsm.br

Editoria Técnica do Departamento de Arquivologia – EdTec/DArq

Editor: Andre Zanki Cordenonsi

email: edtec.darq@ufsm.br

Relatórios Técnicos do Departamento de Arquivologia /
Departamento de Arquivologia, Universidade Federal de
Santa Maria. – Vol. 2. n. 1 (2021) Jan/Jul. – Santa Maria:
DArq/UFSM, 2021.

Periodicidade semestral.

1. Arquivologia. 2. Ciência da Informação. I. Universidade Federal de Santa Maria. Departamento de Arquivologia.

Como citar este relatório:

BERTOTTI, V.R., COUGO JUNIOR, F.A., DIEDRICH, A.P., MOTA, A.H., SOUZA, D.R.M., SOUZA, F.W.O.A., MELLO, L.O., SENA, M.R. **Observatório dos Arquivos do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: 2021. Relatórios Técnicos do Departamento de Arquivologia, v.2., n.1. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/arquivologia/darq-argsoc-06-2021-ans>

Resumo

O Observatório dos Arquivos do Rio Grande do Sul (OARS) é um projeto interinstitucional do Programa de Aperfeiçoamento, Pesquisa e Estudos em Arquivos (PAPEARq), vinculado às Universidades: UFRGS e UFSM. Seu objetivo é desenvolver metodologias de investigação, analisar e aferir indicadores sobre políticas públicas arquivísticas no Rio Grande do Sul, com a finalidade de conhecer – em detalhes – a situação dos arquivos no Estado. Este relatório traz as informações da primeira fase dessa pesquisa que foi realizada junto aos órgãos municipais - Prefeituras e Câmaras - do Estado do Rio Grande do Sul. Ele apresenta os dados quantitativos e informações iniciais reunidas nestes dois anos de trabalho (2019 e 2020).

Agradecimentos

Ao desejo em conhecer a realidade dos arquivos no RS, juntou-se a ideia de identificar a implantação de políticas arquivísticas e somou-se a compreensão da necessidade de um acompanhamento a médio e longo prazo. Foi desta forma, conjugando diferentes percepções, que o Observatório dos Arquivos do RS foi criado.

Diversas mãos e mentes acreditaram no desenvolvimento científico e colaboraram para formatação e implementação de um projeto consistente e amplo como o OARS.

Por isso quero agradecer a Equipe que hoje participa e junto comigo publica este Relatório. Aos estudantes que ao longo do processo participaram através da Iniciação Científica. E aos colegas Cassio Felipe de Oliveira Pires, Lusiane Martinez, Rosani Gorete Feron e Sandro Pasinato, que seguiram por outros caminhos, por novos desafios, mas que permanecem presentes neste trabalho através de suas colaborações.

Este estudo não seria possível sem o olhar de cada um.

Valéria Raquel Bertotti
Coordenadora/UFRGS

Sumário

Apresentação	9
1. Introdução	11
2. Arquivos, acesso à informação e cidadania	13
3. Os arquivos municipais no RS	15
3.1 Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense.....	20
3.2 Mesorregião Centro Oriental Rio-grandense	23
3.3 Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre	26
3.4 Mesorregião Nordeste Rio-grandense	30
3.5 Mesorregião Noroeste Rio-grandense	33
3.6 Mesorregião Sudeste Rio-grandense.....	37
3.7 Mesorregião Sudoeste Rio-grandense	40
4. Próximas etapas da pesquisa.....	45
Referências	46

Gráficos

Gráfico 1- Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras do Estado do RS.	16
Gráfico 2 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras do Estado do RS.	17
Gráfico 3- Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras do Estado do RS.	18
Gráfico 4 - Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras do Estado do RS.	19
Gráfico 5- Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Centro Ocidental do RS.....	21
Gráfico 6 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras da Mesorregião Centro Ocidental do RS.	21
Gráfico 7 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras da Mesorregião Centro Ocidental do RS.....	22
Gráfico 8 – Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Centro Ocidental do RS.....	23
Gráfico 9 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Centro Oriental do RS.	24
Gráfico 10 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras da Mesorregião Centro Oriental do RS.	25
Gráfico 11 Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras da Mesorregião Centro Oriental do RS.	25
Gráfico 12 - Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Centro Oriental do RS.	26
Gráfico 13 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.....	27
Gráfico 14 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.	28
Gráfico 15 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.....	29
Gráfico 16 - Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.....	29
Gráfico 17 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Nordeste do RS.	31
Gráfico 18 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras da Mesorregião Nordeste do RS	31

Gráfico 19 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras da Mesorregião Nordeste do RS.....	32
Gráfico 20 - Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Nordeste do RS.....	33
Gráfico 21 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Noroeste do RS.....	34
Gráfico 22 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras da Mesorregião Noroeste do RS.	35
Gráfico 23 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras da Mesorregião Noroeste do RS.....	36
Gráfico 24 - Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Noroeste do RS.....	37
Gráfico 25 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Sudeste do RS.	38
Gráfico 26 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras da Mesorregião Sudeste do RS.....	39
Gráfico 27- Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras da Mesorregião Sudeste do RS.	39
Gráfico 28 - Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Sudeste do RS.	40
Gráfico 29 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Sudoeste do RS.	41
Gráfico 30 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras da Mesorregião Sudoeste do RS.....	42
Gráfico 31 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras da Mesorregião Sudoeste do RS.	43
Gráfico 32 - Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Sudoeste do RS.	43.

Mapas

Mapa 1 - Estado do Rio Grande do Sul, dividido por mesorregiões.	15
Mapa 2 - Localização da Mesorregião Centro Ocidental no Estado do RS.	20
Mapa 3 - Localização da Mesorregião Centro Oriental no Estado do RS.	24
Mapa 4 - Localização da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.....	27
Mapa 5 - Localização da Mesorregião Nordeste no Estado do RS.....	30
Mapa 6 - Localização da Mesorregião Noroeste no Estado do RS.....	34
Mapa 7 - Localização da Mesorregião Sudeste no Estado do RS.	38
Mapa 8 - Localização da Mesorregião Sudoeste no Estado do RS.	41

Apresentação

A implementação de processos ligados à gestão documental e ao gerenciamento de arquivos no âmbito dos municípios brasileiros é um dos gargalos mais complexos a serem enfrentados pelas políticas públicas arquivísticas no país. Formado por 5.570 municípios com as mais distintas peculiaridades possíveis, o Brasil conhece pouco a respeito da realidade arquivística destes entes federados. Sabe-se que eles efetivamente produzem e acumulam documentos arquivísticos – afinal de contas, essa é uma condição inerente a sua existência jurídico-administrativa –, mas os meios, instrumentos e instituições devotadas ao tratamento e à custódia destes documentos nas cidades ainda são pouco conhecidos.

A percepção predominante – ao menos entre arquivistas e estudiosos da área – é de que as políticas públicas arquivísticas não existem, ou ainda são muito tenras no âmbito municipal. Mesmo no Rio Grande do Sul – estado que conta com três cursos de formação de arquivistas, com um centenário arquivo público e com um sistema estadual de arquivos que já completou trinta anos – sabe-se que são poucas as cidades que contam com instituições e legislação apropriadas para o tratamento, a custódia e o acesso aos documentos arquivísticos públicos. O entendimento geral é de que as cidades do mais meridional estado brasileiro não possuem políticas públicas arquivísticas instituídas. E que elas talvez nem saibam o que isso significa.

As percepções são sempre pertinentes, mas a instituição de qualquer política pública demanda mais do que uma simples compreensão comum da realidade. A formação de uma “agenda” de políticas públicas (SECCHI, 2013) só é possível a partir de uma leitura aguçada da realidade em que se deseja intervir. E tal leitura depende de dados, de substratos informacionais que permitam compreender, com vigor e exatidão, qual é o cenário, os problemas e as possíveis soluções a serem previstas em uma política pública.

O relatório que sumariza os resultados do projeto “Observatório dos Arquivos do Rio Grande do Sul” (OARS), produzido pelo Programa de Aperfeiçoamento, Pesquisa e Estudos em Arquivos (PAPEARQ), representa um esforço muito importante no sentido de dar subsídios a essa leitura da realidade arquivística dos municípios do estado gaúcho. A partir do uso adequado da Lei de Acesso à Informação, esta investigação buscou compreender tanto a realidade da presença/ausência de instituições, dispositivos legais e políticas arquivísticas nas cidades do RS, quanto mapeou, ainda que incidentalmente, como os municípios percebem estes temas. Trata-se, portanto, de um esforço inédito e que, apesar de limitado pelas contingências expostas no próprio relatório, dá margem a uma série de interpretações a respeito dos caminhos (e dos descaminhos!) das políticas públicas arquivísticas municipais.

O trabalho ora apresentado é fruto de um longo processo de debates, leituras e tentativas que tiveram início em 2017, quando da própria instituição do PAPEARQ. A investigação envolveu um considerável contingente de pesquisadores que, inegavelmente, aprenderam

sobre o quão difícil – e importante – é investigar o cenário em que se projetam os problemas e a agenda pública das políticas arquivísticas. E o quão necessárias são estas investigações. Esperamos com este trabalho ter contribuído para um debate cada vez mais necessário no Brasil. E que, no futuro próximo, possamos aprimorar os resultados extraídos deste esforço, preferencialmente cotejando-os com outras análises a respeito das políticas públicas de arquivos no país.

Prof. Dr. Francisco Alcides Cougo Junior
Departamento de Arquivologia/UFSM

1. Introdução

O projeto de pesquisa Observatório dos Arquivos do Rio Grande do Sul (OARS) origina-se da necessidade de informações atualizadas sobre a situação das instituições arquivísticas públicas no estado, principalmente quanto à elaboração e implementação das políticas públicas de arquivo. Os poucos trabalhos desenvolvidos sobre o tema trazem resultados sobre um ou outro município e, algumas vezes, mostram apenas um olhar comparativo a partir do recorte de uma microrregião.

Desse modo, as informações encontram-se esparsas, sendo muitas vezes pontuais, e não dão conta de retratar um cenário macro, de um estado amplo territorialmente e com uma grande diversidade nos mais variados segmentos. Não se tem informação de quantas instituições arquivísticas públicas existem no RS, sejam estas formalmente instituídas por instrumentos legais ou criadas informalmente; de quantos municípios possuem e fazem uso de instrumentos de gestão arquivística de documentos ou de descrição documental; ou ainda, de quantos possuem uma política de arquivos elaborada e implantada, entre outras questões.

Foi pensando nestas questões que o OARS foi criado com o objetivo principal de desenvolver ações de pesquisa destinadas a monitorar a implementação das políticas públicas de arquivo previstas pela legislação nas instituições arquivísticas e/ou custodiadoras de arquivos, no âmbito público de governo presentes no estado do Rio Grande do Sul.

Quanto aos seus objetivos específicos, está a elaboração de instrumentos de pesquisa para coleta de dados junto às instituições, assim como, tabular e interpretar os dados recebidos, garantir segurança das informações recebidas, publicizar os resultados da pesquisa através de trabalhos científicos, além de servir como fonte de informações e debate a respeito do assunto.

O projeto, construído a partir de reuniões entre os anos de 2017 e 2018, contou com o envolvimento de nove profissionais que trabalham, pesquisam e/ou estudam a área dos arquivos. No ano de 2019, com o projeto estruturado¹ e a metodologia delineada (BERTOTTI; COUGO JUNIOR, 2018), houve o início da pesquisa com foco nas prefeituras e câmaras municipais.

Através do Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)², contido nos sítios eletrônicos dos referidos órgãos³, ou por e-mail institucional⁴, foi encaminhado pedido de

¹ O projeto conta com três Módulos - Mapeamento, Detalhamento Geral (instituições em conformidade com legislação arquivística) e Detalhamento específico (instituições não formalizadas por legislação específica). O projeto original está disponível no site do PAPEARQ em: <<https://www.ufrgs.br/papearq/?projects=project-delta>>.

² Também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), a Lei 12527/2011 regula o acesso e a divulgação das informações dos órgãos públicos. Com o Serviço de Informações ao Cidadão, é possível protocolizar requerimentos para obter informações específicas desses órgãos (BRASIL, 2011).

³ A LAI impõe a necessidade da divulgação das informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelos órgãos públicos através da internet. Ficando dispensados da obrigatoriedade de divulgação na internet “os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes [...]” (BRASIL, 2011).

⁴ Nos casos em que não foi possível o envio pelo e-SIC, optou-se pelo encaminhamento através de e-mail direcionado à ouvidoria, “Fale Conosco” ou ao gabinete do prefeito/presidente da Câmara.

informações condicionadas sobre duas perguntas essenciais com o intuito de realizar um primeiro mapeamento, conforme o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1- Pedido de Informação

1. A Câmara/Prefeitura possui arquivo?

1.1. Em caso afirmativo informe:

a) Nome e contato da instituição;

b) Cargo e contato do responsável pela instituição;

c) Lei de criação da instituição (se possível encaminhar cópia digital ou link para o documento).

1.2. Em caso negativo informe qual o órgão/departamento e/ou setor responsável pela gestão documental e proteção dos documentos de arquivo.

2. A Câmara/Prefeitura possui uma política pública arquivística e/ou um sistema de arquivos? Em caso afirmativo informe a legislação de criação (se possível encaminhar cópia digital ou link para o documento).

Fonte: Elaborado pelos autores.

As respostas foram monitoradas considerando o tempo de retorno estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (LAI), que é de 20 (vinte) dias podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias caso o órgão solicite. Para os municípios que não responderam a esta primeira solicitação foi realizado um segundo envio do Pedido de Informação, a fim de propiciar a participação do maior número de respondentes. Esta etapa, de encaminhamentos, transcorreu até o início do mês de outubro de 2020. Destacamos que todas as respostas recebidas até a data de 31 de dezembro de 2020 fazem parte deste relatório.

Atualmente, as respostas estão sendo tabuladas, interpretadas e analisadas qualitativamente pela equipe que conta com 4 arquivistas e 3 estudantes de arquivologia, além da coordenação executada pelos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Santa Maria.

Este primeiro relatório técnico apresenta os dados quantitativos e informações iniciais reunidas nestes dois anos de trabalho. Com a divulgação entre as Prefeituras e Câmaras Municipais, queremos agradecer a participação daqueles que, através de suas respostas, auxiliaram na construção de uma visão geral sobre o panorama das políticas de arquivo no estado. Os dados são riquíssimos e a partir deles será possível dar seguimento ao detalhamento desta situação. Esperamos construir e manter uma rede de conversa, trocas e auxílio a partir destes contatos.

Importante destacar que alguns municípios, ao responderem a pesquisa, demonstraram interesse no assunto e solicitaram maiores informações para organizarem seus acervos. Esse retorno é considerado positivo e vem ao encontro de um dos objetivos do Projeto de Pesquisa, que é servir como fonte de informações e debate a respeito do assunto.

2. Arquivos, acesso à informação e cidadania

Arquivo possui diferentes definições e duas são fundamentais para uma boa administração a serviço dos direitos e necessidades da sociedade. *Arquivos*⁵ são conjuntos de documentos acumulados ao longo das atividades de uma pessoa física ou jurídica, seja esta pública ou privada (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27). São, portanto, todos os documentos produzidos e recebidos pela Prefeitura ou Câmara Municipal no transcurso das funções e atividades que justificam sua existência como tal. “Surgem, pois, por motivos funcionais, administrativos e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa” (BELLOTTO, 2004, p.37)⁶ e guardam relações orgânicas⁷ entre si.

São estes documentos que embasam as decisões da administração em todas as áreas (saúde, educação, segurança, financeira, etc), que provam e trazem transparência às ações desenvolvidas, que representam e testemunham o dia a dia nas entidades e que garantem direitos aos cidadãos. Todo planejamento, projeto, ação e análise dependem destes documentos de arquivo. Portanto, em relação ao poder público, é determinado pelo 1º artigo da Lei 8159/1991 o dever de efetuar “a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991).

Esta mesma Lei, conhecida como Lei de Arquivos, em seu artigo 17º define que “a administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas” (BRASIL, 1991), ou seja, aos Arquivos. Aqui *Arquivo*⁸ significa a “entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos [no sentido de conjunto de documentos arquivísticos - conceito apresentado na página anterior-] sob sua jurisdição” (CAMARGO; BELLOTO, 2010, p.21) No caso do Poder Executivo e Legislativo municipal, são os Arquivos Municipais.

Após a tramitação natural dos documentos, constituintes de materialização formal dos atos administrativos, deverão ser arquivados em condições que a eles permita a garantia de segurança em termos de inviolabilidade, preservação e acesso. Os arquivos públicos são os equipamentos administrativos custodiadores legais que devem ter condições de manter esses acervos organizados e seguros de toda forma, capazes de oferecer aos interessados, gestores e público em geral, acesso rápido e eficiente, salvaguardadas exceções quanto a questões de sigilo reguladas por lei, bem como estabelecer estratégias de difusão e fomento à pesquisa em seus conjuntos documentais. Desta forma cada Prefeitura e Câmara Municipal possuem o dever e a responsabilidade sobre a gestão, preservação e acesso aos seus documentos de arquivo através de entidades administrativas, os Arquivos Municipais. Estes deverão, sob a égide do poder público e da sociedade, atuar na elaboração, proposição e implantação de um “conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse

⁵ Termos arquivísticos podem ser conferidos de forma online no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística produzido pelo Arquivo Nacional e pode ser acessado no site: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf.

⁶ Definição extraída do livro: Arquivos Permanentes - tratamento documental da autora, Heloísa Liberalli Bellotto.

⁷ “Organicidade: Qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (CAMARGO; BELLOTO, 2010, p.65).

⁸ Definição extraída do Dicionário de Terminologia Arquivística, produzido pelas autoras Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto.

social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação [dos documentos arquivísticos] de natureza pública e privada” (JARDIM, 2006, p.10), em outras palavras, de uma política pública⁹ arquivística¹⁰.

Portanto, o tratamento dos documentos arquivísticos, a partir da definição e implantação de uma política pública arquivística, é imprescindível para o exercício da cidadania e a garantia da transparência democrática. Afinal, como afirma Cíntia Arreguy (2016, p.26): “sem arquivos não há transparência e sem transparência não há democracia”.

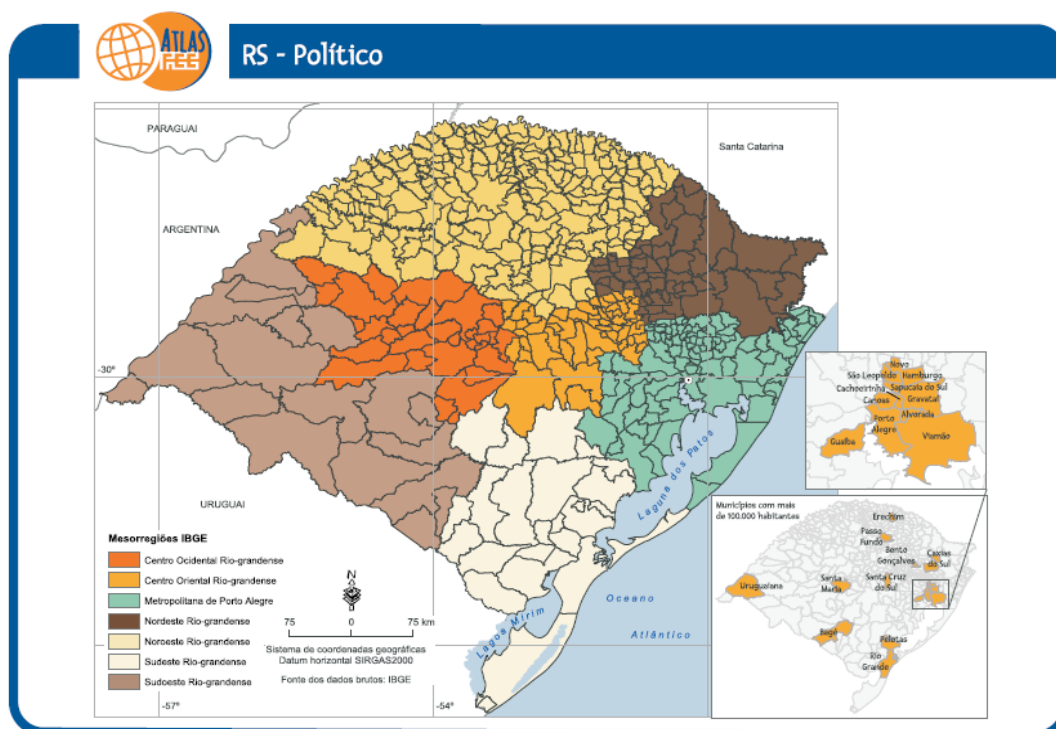
⁹ Segundo Bucci, “as políticas públicas funcionam como instrumentos de aglutinação de interesse em torno de objetivos comuns, que passam estruturar uma coletividade de interesses. Segundo uma definição estipulativa: toda política pública é um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular.” (BUCCI, 2001, *apud* FERREIRA, 2005, p. 156).

¹⁰ “Os objetivos das políticas públicas de arquivo devem ser pautados, inicialmente, pelo direito do cidadão à informação, e, também, pelo apoio à administração, à proteção da memória e ao desenvolvimento científico.” (SOUSA, 2006, p.5).

3. Os arquivos municipais no RS

O território do estado do Rio Grande do Sul (Mapa 1 a seguir) possui uma área com mais de 280 mil km² e está dividido em 7 mesorregiões, que abrangem 35 microrregiões. Quanto a sua divisão política, o estado possui 497 municípios e uma população estimada em 11.422.973 pessoas em 2020 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Mapa 1 - Estado do Rio Grande do Sul, dividido por mesorregiões.



Fonte: PESSOA, 2017.

A maior parte da população está concentrada na mesorregião Metropolitana. Nela habitam mais de 5 milhões de pessoas que representam 45% da população do estado. Em contrapartida, temos a mesorregião Centro Ocidental que conta com pouco mais de 550 mil habitantes, representando 4,8% da população do RS (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019).

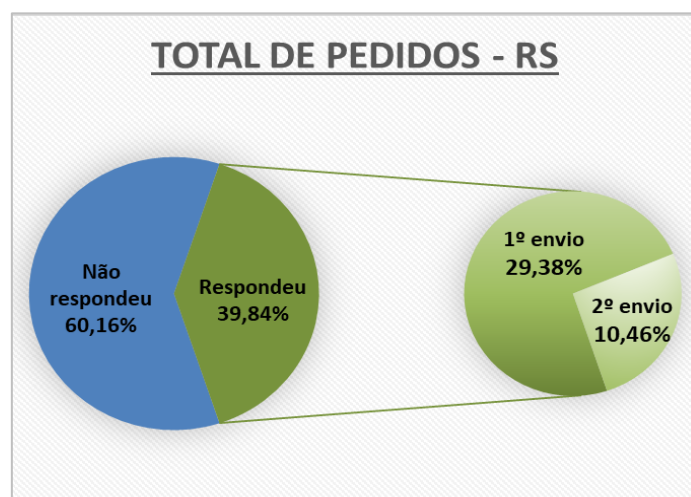
Em relação ao número de municípios, as diferenças entre as mesorregiões também são significativas. As mesorregiões Noroeste e Sudoeste apresentam a maior e a menor concentração, totalizando respectivamente 216 e 19 cidades. Estas são também as mesorregiões com o maior e menor número de municípios que possuem população com menos de 10 mil habitantes: são 174 cidades na Noroeste, e 8 na Sudoeste Rio-grandense (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019). Ao todo são 328 municípios, cerca de 66% das cidades que não necessitariam disponibilizar pela internet contato e informações de interesse coletivo ou geral. Destas, 221 possuem menos de 5 mil

habitantes. Entretanto, pouquíssimos órgãos não dispõem de informações em sítios eletrônicos (sejam e-SIC's ou e-mails institucionais).

Na pesquisa aplicada junto às Prefeituras e Câmaras Municipais, o OARS encaminhou ao todo mais de 1500 pedidos de informação. O número de tentativas não foi mensurado, mas estima-se algo acima de 3mil. Alguns sítios eletrônicos apresentaram problemas no acesso ao e-SIC no momento da consulta, o que fez com que a equipe retornasse em momentos diferentes para nova tentativa. Quando este serviço apresentou falha (não acesso) em dias diferentes, os encaminhamentos dos pedidos ocorreram por e-mail institucional disponibilizado no sítio eletrônico oficial ou contato indicado pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS).

Do total de pedidos encaminhados, apenas 396 órgãos (ou 39,84% - Gráfico 1 a seguir) responderam às solicitações, com um tempo médio de 24,19 dias entre a data do pedido e o encaminhamento da resposta. Vale destacar que a maior parte dos órgãos respondentes encaminhou a resposta já no primeiro contato, ou seja, no 1º envio do pedido de informação.

Gráfico 1- Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras do Estado do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar da Lei de Acesso à Informação (LAI) tornar obrigatória a disponibilização das informações através da internet somente para municípios com população maior que 10mil habitantes (BRASIL, 2011), a maioria dos órgãos consultados disponibilizam sítios eletrônicos juntamente com os canais de e-SIC ou outras formas para contato remoto (e-mail, por exemplo).

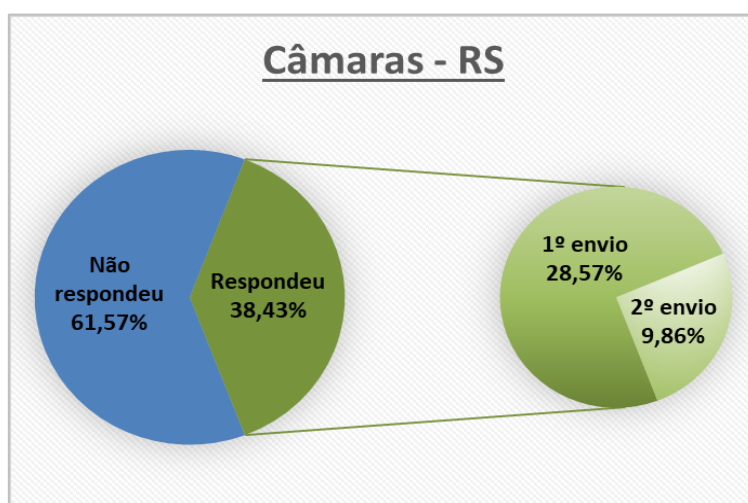
Quanto aos envios, observou-se que muitos sistemas não disponibilizavam protocolos dos pedidos de informação, o que dificulta uma posterior pesquisa a respeito do andamento do pedido realizado. Em outros casos, embora os e-SIC's fornecessem protocolos de encaminhamentos, muitos deles não foram respondidos. Quando consultados, os mesmos encontravam-se em análise, aguardando resposta, ou o pedido havia sido excluído mesmo com o número de protocolo.

Diante disso, percebe-se que em alguns casos a ferramenta de acesso à informação, e-SIC, provavelmente não esteja plenamente consolidada na estrutura organizacional das instituições pesquisadas, o que poderia ser a causa das não respostas. Essa fragilidade na organização e comunicação do sistema com os demais setores, a quem se deve consultar para obter os dados, deixa margem para interpretações equivocadas, falta de retorno de informações, retorno em duplicidade, resposta muito além do prazo estabelecido, entre outras situações. Estas demonstram uma imagem irreal de transparência dos processos, e, apresentados desta forma pelas instituições, acabam inviabilizando o exercício de direito à cidadania pelos usuários.

Em relação as respostas, a maior parte foi encaminhada para o e-mail institucional do projeto¹¹, conforme indicado no momento do pedido de informação. Alguns sistemas indicam apenas a possibilidade de resposta diretamente com o acesso ao login cadastrado. Já, outros, apesar de possuir a indicação de respostas por e-mail, estas ficaram disponíveis apenas no sistema. Para garantia do maior número de participantes nesta pesquisa, a equipe do projeto efetuou diversas revisões nos sistemas e-SICs¹².

Dentre as Câmaras Municipais, 38,43% (Gráfico 2 a seguir) responderam aos pedidos de informação. Foram 191 respostas, sendo que dentre estas, 53,40% foram dos municípios com menos de 10 mil habitantes.

Gráfico 2 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras do Estado do RS.



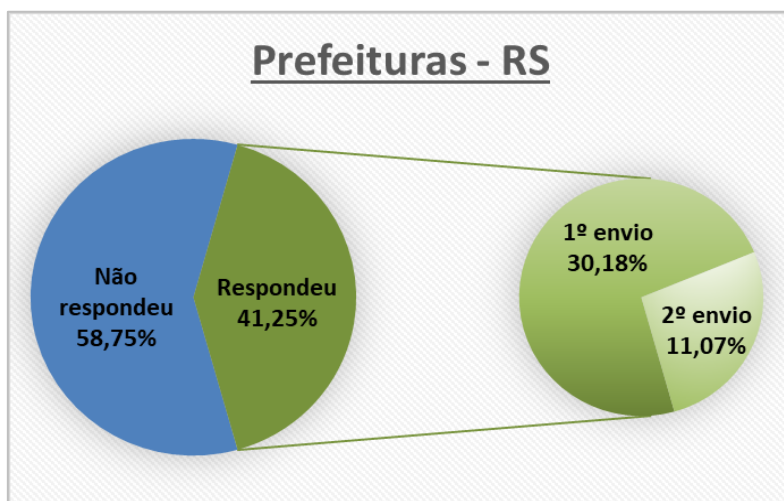
Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação às Prefeituras, 205 respostas foram recebidas ou 41,25%, conforme indica o Gráfico 3 a seguir. Destas, 61,95% correspondem a respostas de municípios com menos de 10 mil habitantes.

¹¹ oars_papearq@ufrgs.br ou oars2_papearq@ufrgs.br

¹² As revisões nos sistemas e-SIC's ocorreram até a data de 20 de novembro de 2020. Já as revisões nos e-mails institucionais do projeto encerraram em 31 de dezembro de 2021, conforme indicado anteriormente. As respostas recebidas após esta data poderão fazer parte de estudos futuros.

Gráfico 3- Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras do Estado do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação às informações, estas foram tabuladas conforme a indicação literal que constou na resposta. Desta forma, se o órgão declarou que “possui arquivo” a informação foi registrada em POSSUI ARQUIVO como “Sim”, independente das informações adicionais confirmarem ou estarem em desacordo com esta informação¹³.

Da totalidade dos respondentes, apenas 156 órgãos declararam que possuem Arquivo. A maior parte presente nas Câmaras Municipais (Gráfico 4 a seguir).

Entretanto, ao perguntar quanto a Lei que institui o Arquivo, apenas 38 órgãos indicam a legislação correspondente. Neste caso, são 30 Arquivos Municipais ligados às Prefeituras e 8 às Câmaras Municipais que foram instituídos efetivamente através de lei municipal (Gráfico 4 a seguir).

Através da análise das informações recebidas, é possível presumir que a grande maioria dos respondentes desconhecem a área da arquivologia e a própria legislação brasileira que aborda a questão arquivística. É possível perceber, a partir da análise qualitativa das respostas, que termos como “arquivo”, “política arquivística” e “sistema de arquivos” possuem uma compreensão confusa e/ou equivocada. O termo “arquivo” é utilizado como referência a documentos antigos, apenas em suporte papel; ou como um conjunto documental diverso, físico ou digital, disposto em uma sala ou depósito, com um mínimo de organização; ou até mesmo documentos denominados “online”, armazenados em servidor, sítio eletrônico próprio ou terceirizado.

¹³ Em alguns casos, a resposta indicava que o órgão possuía arquivo e descrevia-o como sendo o sítio eletrônico. Mesmo assim, para esta análise quantitativa a resposta foi registrada como “sim” em POSSUI ARQUIVOS.

Gráfico 4 - Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras do Estado do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao analisar as respostas quanto ao questionamento “A Câmara/Prefeitura possui uma política pública arquivística e/ou um sistema de arquivos?”, as informações recebidas em alguns casos fazem menção a métodos de organização ou programas informáticos de gerência ou manutenção de base de dados tão somente, ou ainda apontam não saber responder ou não respondem a questão. Dentre os respondentes, 33 órgãos declaram possuir uma política pública arquivística ou sistema de arquivos e 24 indicam a legislação que institui/regulamenta a política/sistema de arquivos (Gráfico 4 acima).

Ainda que o número de respondentes tenha sido baixo neste primeiro levantamento - pouco mais de 39% - consideramos positivo o resultado alcançado. Das cidades com menos de 10 mil habitantes¹⁴, 31,09% das Câmaras responderam às informações e 38,71% das Prefeituras. Já entre as cidades com mais de 100 mil habitantes¹⁵, 65% das Câmaras e Prefeituras responderam aos pedidos. Entre as cidades que possuem de 10 mil e 100 mil habitantes, que correspondem a quase 30% dos municípios gaúchos, houve 46% de respostas das Câmaras Municipais e 51% das Prefeituras. Além disso, como já mencionamos anteriormente, as respostas e o interesse demonstrado por alguns órgãos em obter maiores informações sobre o projeto e/ou sobre a área de arquivologia, nos incentiva ainda mais a prosseguir com o trabalho.

¹⁴ Como mencionamos anteriormente o estado do RS possui 328 municípios com menos de 10 mil habitantes.

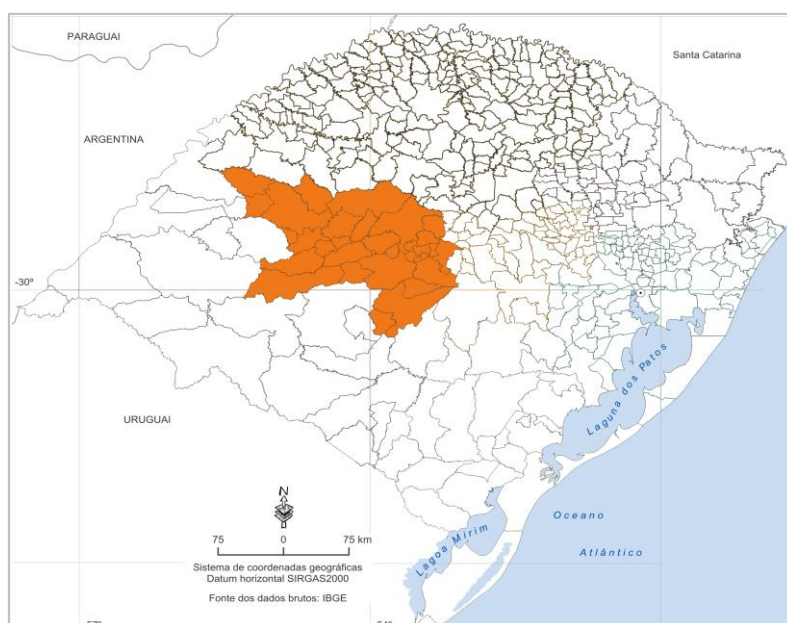
¹⁵ Entre as cidades com grande porte populacional, ou mais de 100 mil habitantes, o Estado do RS soma 20 municípios.

As informações detalhadas sobre cada Mesorregião passam a ser apresentadas a seguir, juntamente com o nome dos respondentes da pesquisa.

3.1 Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense

A Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense compreende as microrregiões de Santiago, Santa Maria e Restinga Seca, abarcando 31 municípios (Mapa 2 a seguir). Possui uma população estimada em 551.154 habitantes pela antiga Fundação de Economia e Estatística e um total de 419.460 eleitores (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Mapa 2 - Localização da Mesorregião Centro Ocidental no Estado do RS.

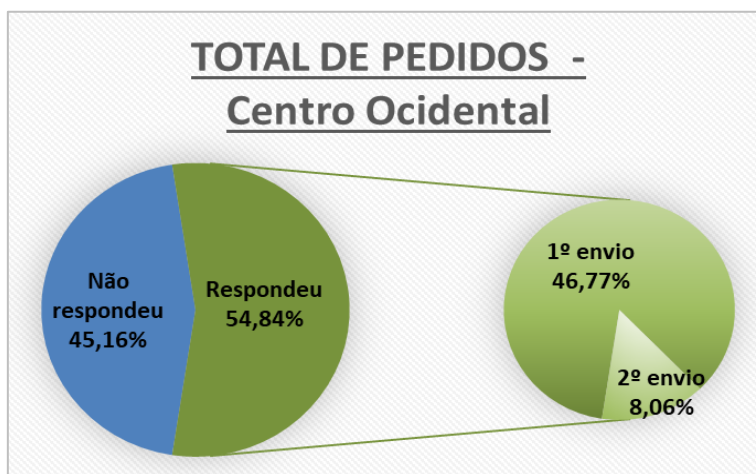


Fonte: Arquivo dos autores.

Em relação aos pedidos de informação, pouco mais de 50% (34 órgãos) responderam às solicitações, sendo que a maior parte encaminhou já na primeira solicitação (Gráfico 5 a seguir). Foi a Mesorregião que mais respondeu aos pedidos de informação, com o tempo médio de respostas de 14,09 dias.

Dos 31 municípios da mesorregião, apenas 10 possuem uma população com mais de 10 mil habitantes (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019). Foi possível a identificação dos sítios eletrônicos de todas as Câmaras e Prefeituras, sendo que poucas não possuíam o e-SIC ou outro contato remoto.

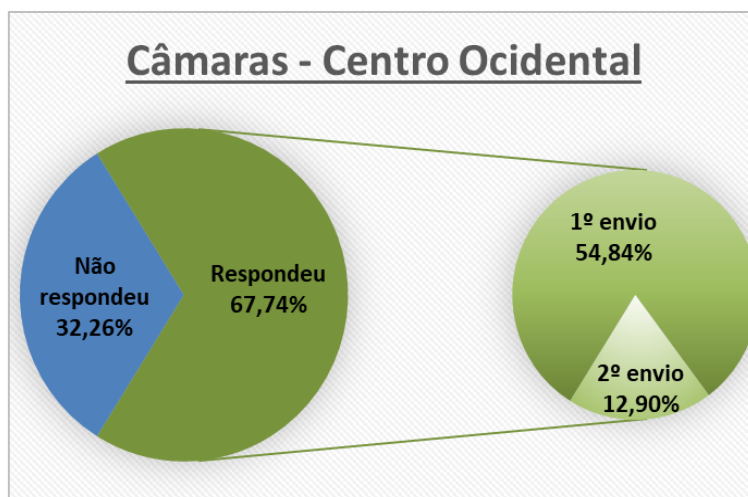
Gráfico 5- Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Centro Ocidental do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

As Câmaras Municipais foram os órgãos da mesorregião Centro Ocidental que mais responderam. Foram 21 respostas (Gráfico 6 a seguir), com o tempo de resposta de 8,62 dias em média. Tempo considerado muito bom se observarmos para o prazo de 20 dias que a LAI estabelece.

Gráfico 6 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras da Mesorregião Centro Ocidental do RS.



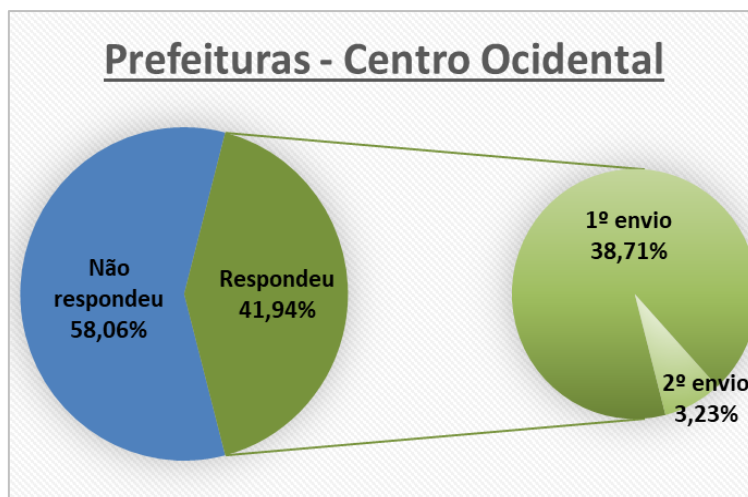
Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa contou com as respostas dos pedidos de informações das Câmaras Municipais de: Agudo, Cacequi, Capão do Cipó, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Itaara, Itacurubi, Ivorá, Jaguari, Jari, Júlio de Castilhos, Mata, Pinhal Grande, Restinga Sêca, Santa

Maria, Santiago, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Vicente do Sul, Silveira Martins, e Tupanciretã.

Quanto às Prefeituras, obtivemos 13 respostas (ou 41,94% - Gráfico 7 a seguir) com um tempo médio de 22,92 dias. Novamente, a maior parte em resposta ao primeiro pedido de informação encaminhado.

Gráfico 7 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras da Mesorregião Centro Ocidental do RS.



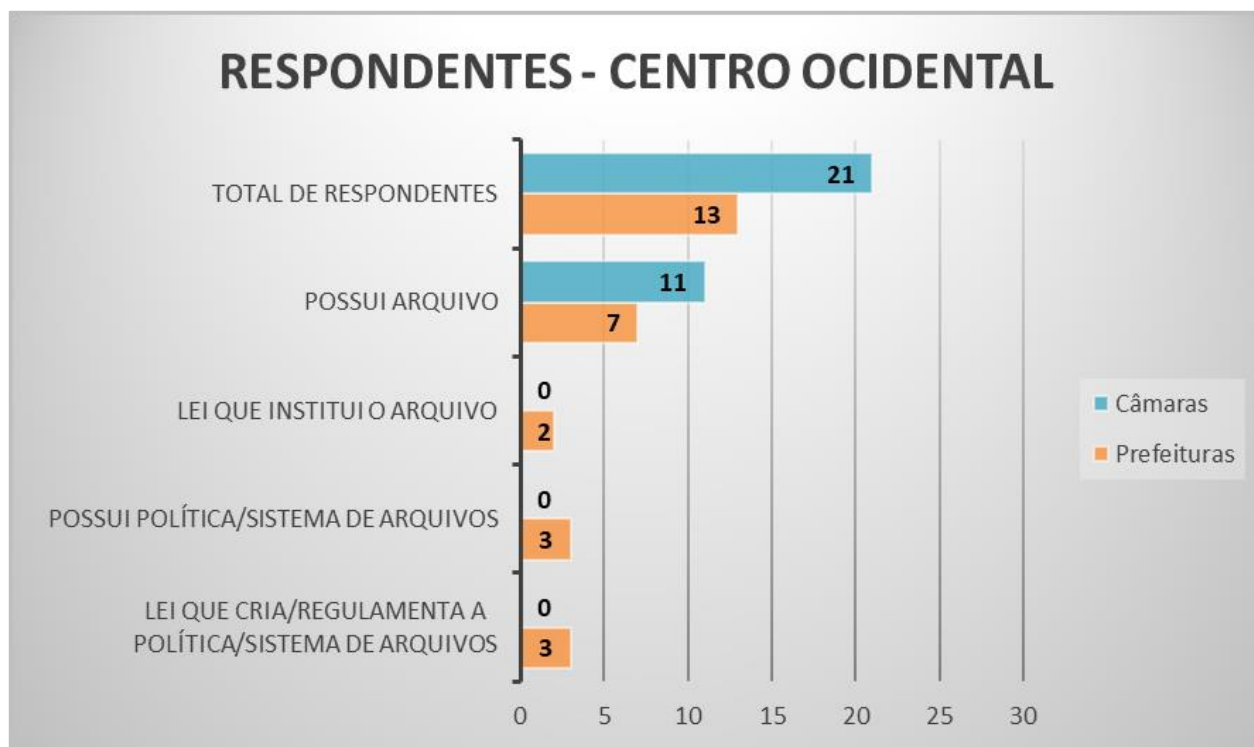
Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa contou com as respostas dos pedidos de informações das Prefeituras de: Dilermando de Aguiar, Júlio de Castilhos, Nova Esperança do Sul, Restinga Sêca, Santa Maria, Santiago, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, Silveira Martins, e Unistalda.

As Câmaras foram as que mais declararam possuir arquivos. Em algumas respostas é justificado que a estrutura é pequena e por esta razão o arquivo constitui-se de uma sala que comporta a organização dos documentos, não sendo criada uma instituição “autônoma” através de legislação específica. Os Arquivos Municipais, instituídos por lei, aparecem apenas em duas Prefeituras. Quanto ao Sistema de arquivos ou Política Pública Arquivística, três Prefeituras declararam possuir e indicam a legislação correspondente (Gráfico 8 a seguir).

Um fator importante a ser destacado é que a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que possui o Curso de Arquivologia desde a década de 70, localiza-se nesta mesorregião (na cidade de Santa Maria). Não por acaso, algumas respostas indicam que o responsável pelo arquivo é o “Arquivista” ou um “Assessor” com formação superior em Arquivologia. Outros órgãos fazem questão de mencionar que possuem “Convênio” com a UFSM, viabilizando estágios com acadêmicos dos cursos de História e Arquivologia para auxílio na organização dos Arquivos.

Gráfico 8 – Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Centro Ocidental do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentre as respostas que indicam não possuir arquivos, a maior parte informa que cada setor ou secretaria é responsável pela organização e manutenção dos documentos.

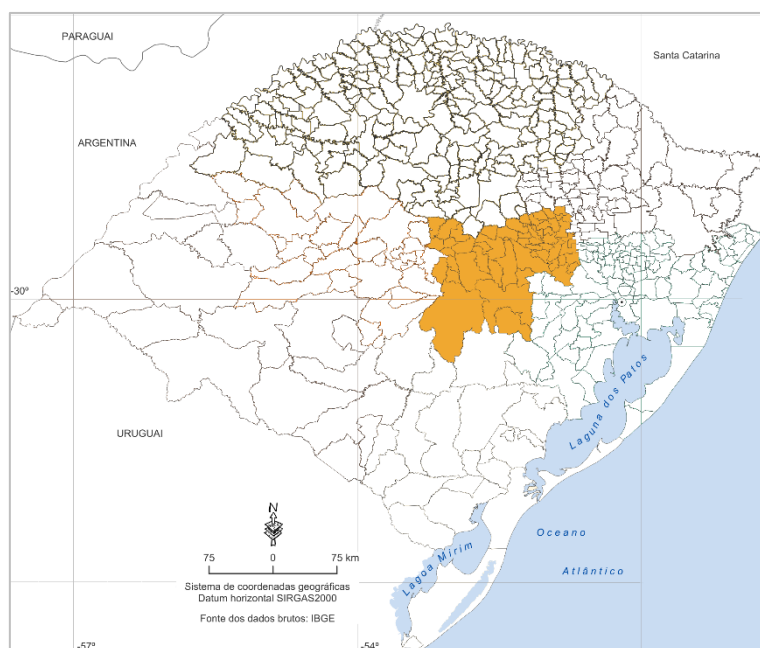
3.2 Mesorregião Centro Oriental Rio-grandense

Composta por 54 municípios, a Mesorregião Centro Oriental Rio-grandense engloba as microrregiões de Santa Cruz do Sul, Lajeado-Estrela e Cachoeira do Sul (Mapa 3 a seguir). Possui uma população estimada em 846.283 habitantes e 631.190 eleitores em 2018 (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Quase metade dos municípios desta mesorregião possuem uma população menor que 5 mil habitantes, e apenas 19 possuem mais que 10 mil. Novamente, foram poucos os órgãos que não possuíam sítios eletrônicos ou a disponibilidade do e-SIC. Porém, diversos sistemas não possuíam registros de protocolo ou confirmação do encaminhamento do pedido. Este fato dificultou o acompanhamento das informações por parte da equipe.

Dos 190 pedidos de informação encaminhados, 108 no primeiro envio e 82 no segundo, o OARS recebeu apenas 35 respostas (32,41% - Gráfico 9 a seguir). Houve diferença significativa no período de retorno das respostas enviadas pelos órgãos.

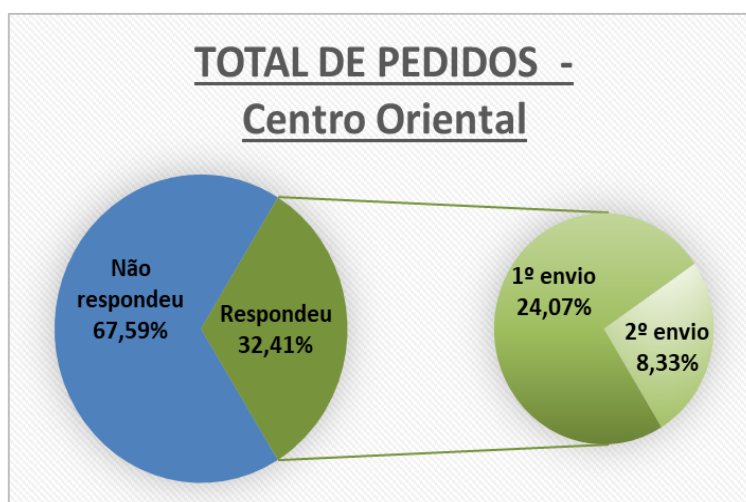
Mapa 3 - Localização da Mesorregião Centro Oriental no Estado do RS.



Fonte: Arquivo dos autores.

Algumas respostas levaram um tempo muito maior do que as outras para serem recebidas, o que levou a uma média de tempo elevada em relação aos 20 dias exigidos pela LAI. Foram 35,26 dias o tempo médio para resposta ser encaminhada. Destacamos que, conforme detalhamos anteriormente, este relatório apresenta os dados recebidos até 31 de dezembro de 2020. As informações recebidas após esta data farão parte dos próximos trabalhos.

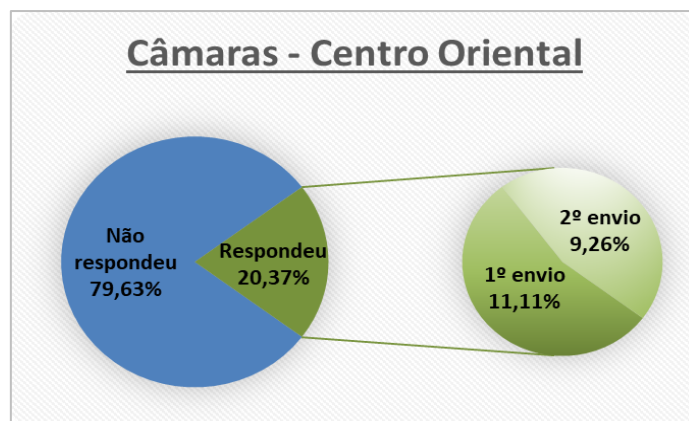
Gráfico 9 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Centro Oriental do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

As respostas das Câmaras somaram onze: 6 recebidas a partir do primeiro envio de solicitação e 5 a partir do segundo envio (11,11% e 9,26% respectivamente - Gráfico 10 a seguir). O tempo médio entre as respostas encaminhadas no primeiro envio, foi de 3 dias. Entretanto, 4 Câmaras encaminharam suas respostas após 100 dias do segundo pedido, tornando a média de tempo entre as Câmaras de 89,27 dias.

Gráfico 10 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras da Mesorregião Centro Oriental do RS.

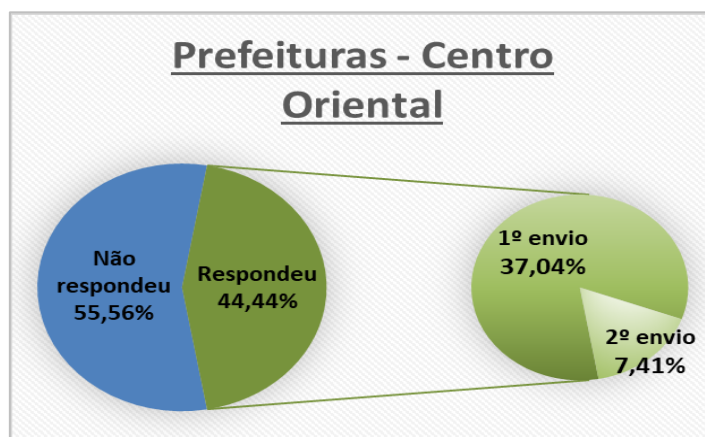


Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa contou com as respostas dos pedidos de informações das Câmaras Municipais de: Bom Retiro do Sul, Candelária, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Lajeado, Pantano Grande, Paraíso do Sul, Rio Pardo, Santa Clara do Sul, Sinimbu, Venâncio Aires.

Em relação às Prefeituras, foram 24 (44,44%) as que responderam aos pedidos de informação, 20 já no primeiro encaminhamento conforme indica o Gráfico 11 a seguir. O tempo médio foi de 10,05 dias, praticamente a metade do que é solicitado pela Legislação.

Gráfico 11 Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras da Mesorregião Centro Oriental do RS.

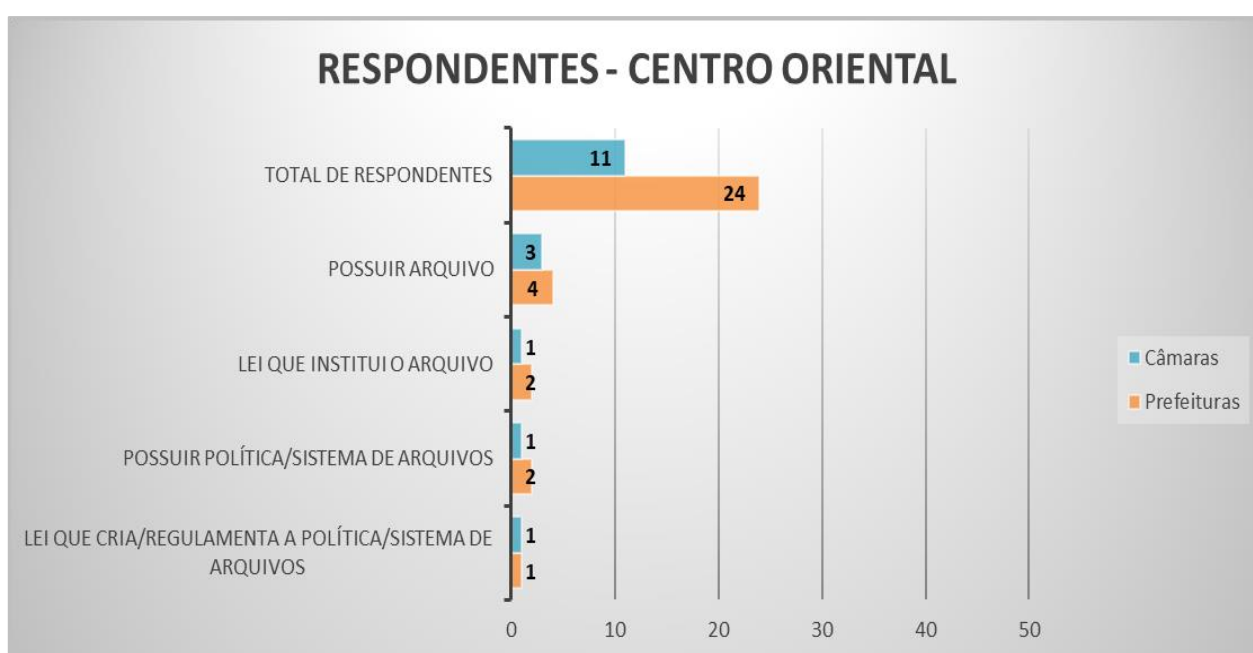


Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa contou com as respostas dos pedidos de informações das Prefeituras de: Arroio do Meio, Candelária, Capitão, Cerro Branco, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Estrela, Herveiras, Ibarama, Marques de Souza, Mato Leitão, Novo Cabrais, Passo do Sobrado, Paverama, Rio Pardo, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Sobradinho, Teutônia, Travesseiro, Venâncio Aires, Vera Cruz.

Três (03) Câmaras Municipais declaram possuir Arquivo e apenas uma aponta a legislação que cria/regulamenta o mesmo. Já, entre as Prefeituras, quatro declararam possuir arquivo e duas indicam a legislação que o institui (Gráfico 12 a seguir).

Gráfico 12 - Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Centro Oriental do RS.



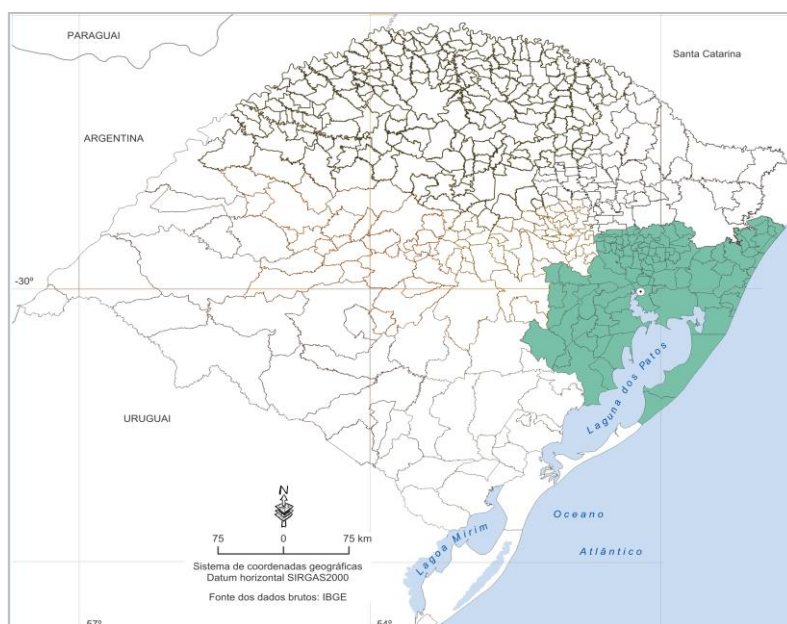
Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação à pergunta sobre sistema de arquivos ou políticas públicas arquivísticas, duas Prefeituras responderam afirmativamente, e destas, uma indica legislação. Nas Câmaras, uma declara possuir sistema ou política pública e indica a legislação correspondente (Gráfico 12, acima).

3.3 Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre

Seis microrregiões formam a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre: Montenegro, Gramado-Canela, São Jerônimo, Porto Alegre, Osório e Camaquã. São 98 municípios, incluindo a capital gaúcha (Mapa 4 a seguir). Possui um total de 3.671.436 eleitores e uma população estimada em 5.122.316 habitantes segundo dados da (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019).

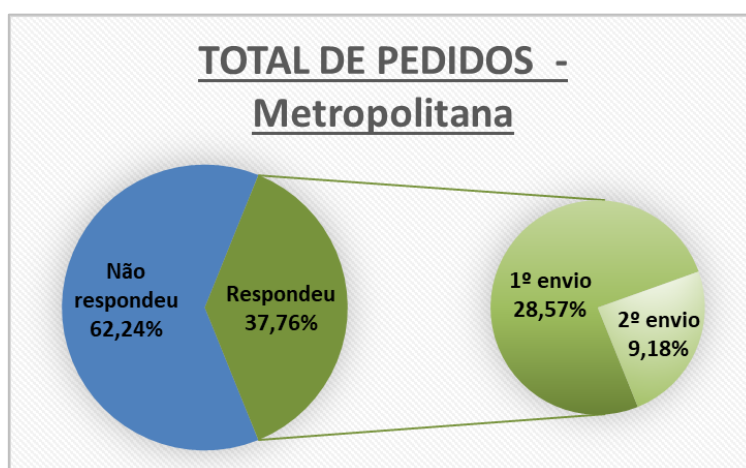
Mapa 4 - Localização da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.



Fonte: Arquivo dos autores.

No primeiro envio dos pedidos de informação, 56 órgãos (28,57% - Gráfico 13 a seguir) da região Metropolitana de Porto Alegre retornaram as informações. Foram ao todo 336 pedidos, entre o primeiro e segundo envio, resultando em 37,76% de retorno (75 respostas). A média de tempo entre os envios e as respostas recebidas ficou em 29,90 dias.

Gráfico 13 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.



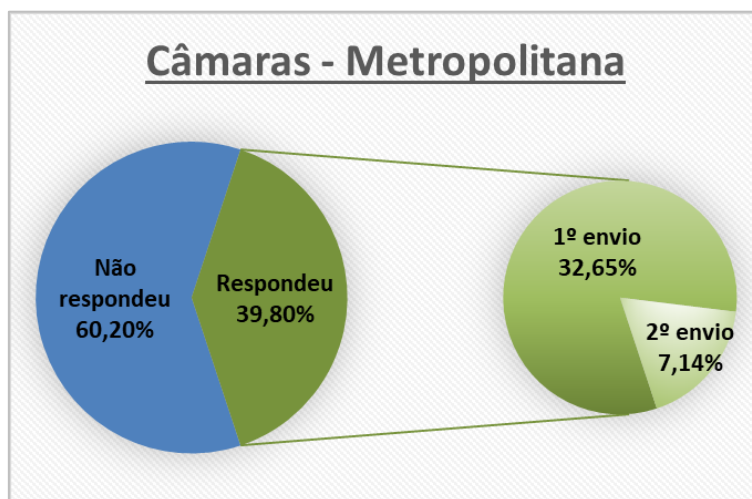
Fonte: Elaborado pelos autores.

Além de ser a mesorregião com maior concentração de habitantes, 44,84% da população do Estado do RS, também possui o maior número de municípios com população maior que 10 mil habitantes (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019). São 57

idades (60%) que se enquadram no artigo 8º da LAI, estando obrigadas a disponibilizar informações sobre contato em sítio eletrônico da rede de computadores (BRASIL, 2011).

O OARS recebeu 40 respostas das Câmaras Municipais (39,80% - Gráfico 14 a seguir). Destas, 32 (ou 32,65%) retornaram à primeira solicitação. Quanto à média de tempo para as respostas, esta ficou em 22,97 dias.

Gráfico 14 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.



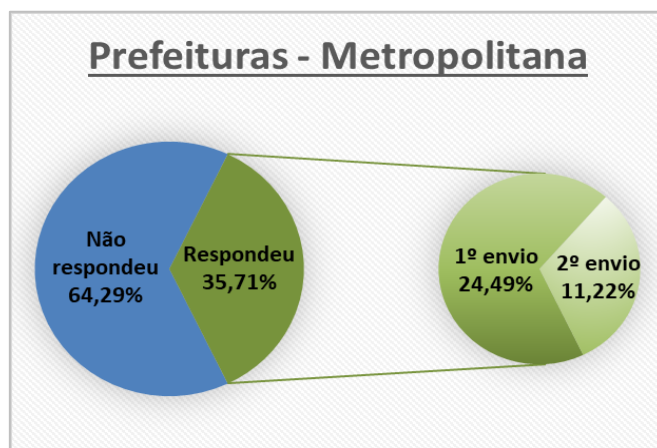
Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa contou com as respostas dos pedidos de informações das Câmaras Municipais de: Alvorada, Arambaré, Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Bom Princípio, Brochier, Camaquã, Campo Bom, Canoas Capivari do Sul, Caraá, Cerro Grande do Sul, Cidreira, Dom Feliciano, Estância Velha, Esteio, Feliz, Gramado, Gravataí, Guaíba, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Palmares do Sul, Pareci Novo, Picada Café, Poço das Antas, Porto Alegre Santo Antônio da Patrulha, São Leopoldo, Sapiranga, Tapes, Taquara, Terra de Areia, Tramandaí, Viamão.

Em resposta às solicitações, as Prefeituras da mesorregião metropolitana totalizaram 35 respostas (ou 35,71% - Gráfico 15 a seguir): 24 ao primeiro envio e 11 ao segundo. Estas respostas levaram um tempo médio de 37,63 dias para serem encaminhadas.

A pesquisa contou com as respostas dos pedidos de informações das Prefeituras de: Arambaré, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Camaquã, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Glorinha, Gravataí, Harmonia, Linha Nova, Mampituba, Morrinhos do Sul, Mostardas, Novo Hamburgo, Osório, Pareci Novo, Picada Café, Porto Alegre, Presidente Lucena, Rolante, Salvador do Sul, São Jerônimo, São Sebastião do Caí, Sapucaia do Sul, Sentinela do Sul, Tapes, Taquara, Tavares, Torres, Três Cachoeiras, Três Coroas, Três Forquilhas, Viamão, Xangri-lá.

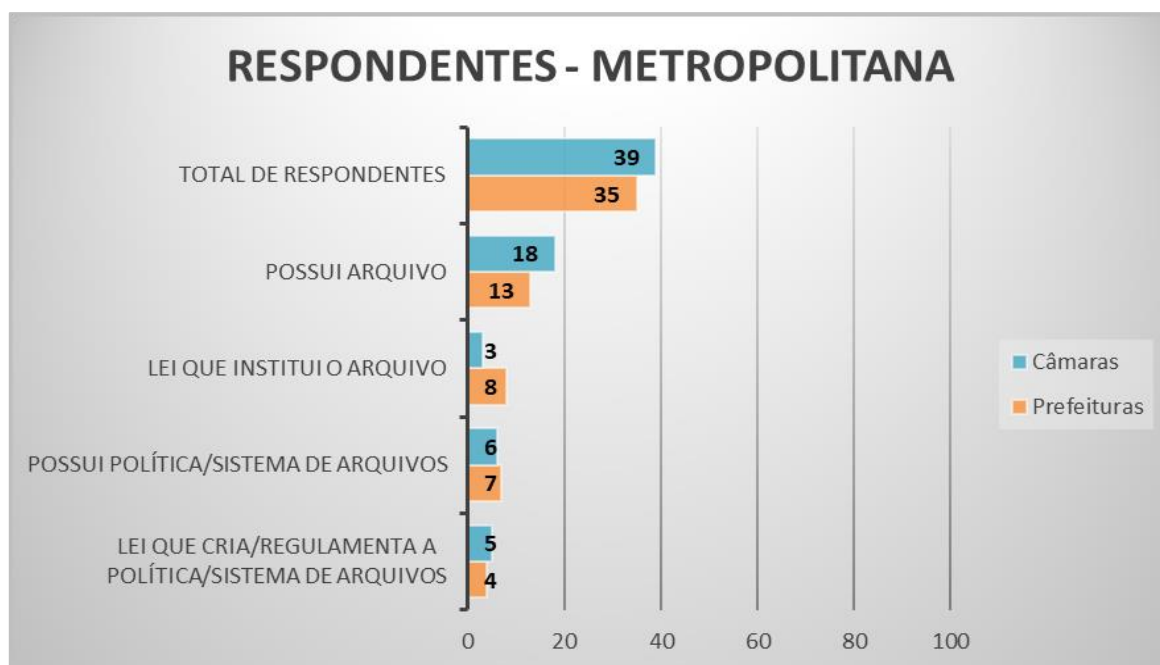
Gráfico 15 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre



Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme declaração dos órgãos consultados, 18 Câmaras Municipais indicam que possuem arquivos e destas, 3 indicam a legislação que o institui/regulamenta. Das Prefeituras, são 8 arquivos instituídos por lei (Gráfico 16 a seguir).

Gráfico 16 - Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto ao questionamento sobre a existência de uma Política Pública Arquivística e/ou Sistemas de Arquivos, 7 prefeituras afirmam possuir e, dentre estas, 4 apontam a legislação de referência. Em relação às Câmaras, das 6 que afirmam possuir Política Pública

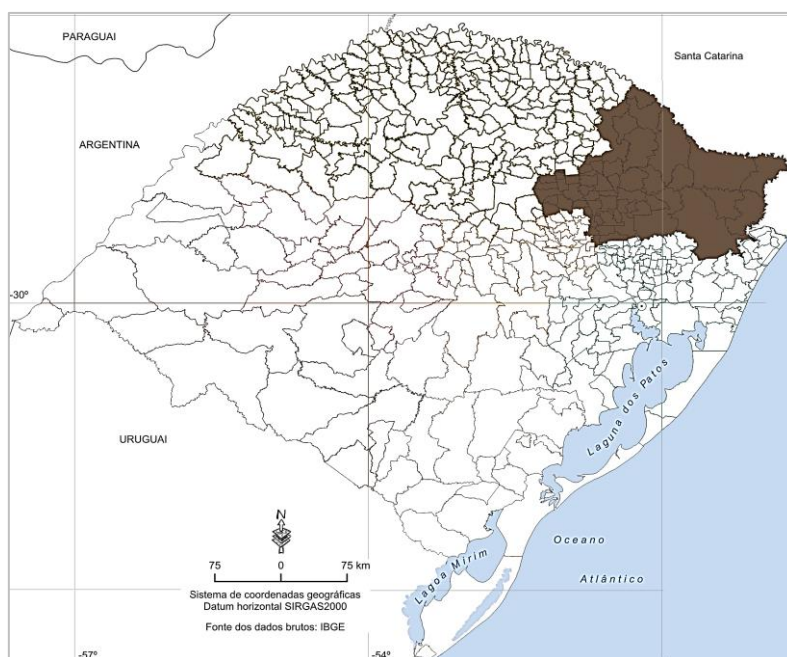
Arquivística, apenas uma não indica a legislação. Destacamos ainda, que alguns órgãos apontam que a política ou o sistema está para ser criado, ou aguarda a contratação de arquivista para implantação.

Destaca-se que é na mesorregião Metropolitana que está localizado mais um Curso de Arquivologia do Estado, o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Criado no ano de 2000, o curso tem seu desenvolvimento na cidade de Porto Alegre.

3.4 Mesorregião Nordeste Rio-grandense

Dividida em três microrregiões, Guaporé, Vacaria e Caxias do Sul, a mesorregião Nordeste (Mapa 5 a seguir) possui cerca de 828.505 eleitores e uma população estimada em 1.158.642 habitantes. Dos 54 municípios, 31 possuem menos de 5 mil habitantes (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019).

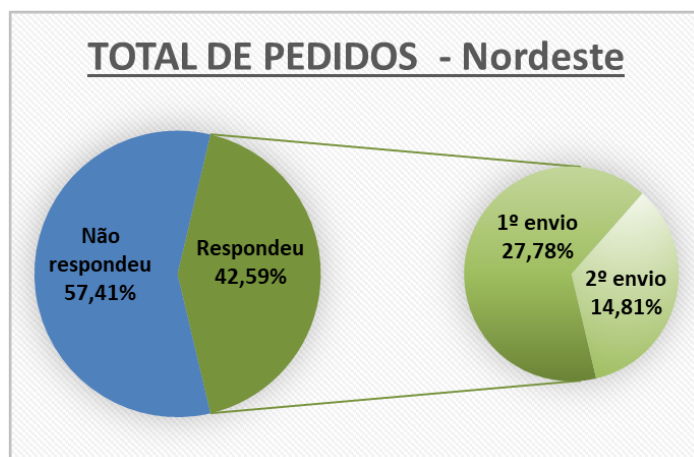
Mapa 5 - Localização da Mesorregião Nordeste no Estado do RS



Fonte: Arquivo dos autores.

Conforme observado nos gráficos apresentados até o momento, a maior concentração de respondentes se deu no primeiro envio. Foram 108 pedidos e 30 respostas recebidas em relação ao primeiro envio (27,78% - Gráfico 17 a seguir). No segundo envio de pedidos de informação, outros 16 órgãos responderam (14,81%). A média de tempo entre os envios e as respostas recebidas ficou em 15,89 dias, uma média dentro dos parâmetros exigidos pela LAI.

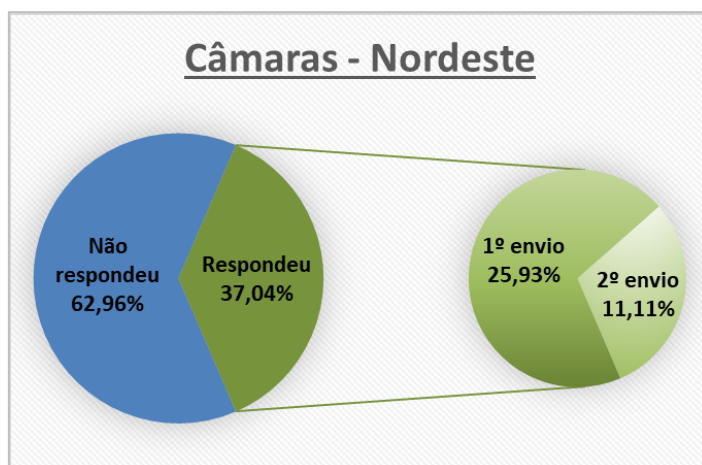
Gráfico 17 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Nordeste do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação às Câmaras Municipais, a mesorregião Nordeste está com a segunda menor porcentagem de participação, apenas 20 Câmaras responderam (ou 37,04% - Gráfico 18, a seguir). O tempo médio de respostas foi de 17,40 dias.

Gráfico 18 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras da Mesorregião Nordeste do RS



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como mencionamos anteriormente, esta mesorregião possui um número significativo de municípios de pequeno porte populacional¹⁶. Em relação às Câmaras, muitas tentativas de envio acusaram “erros do sistema”¹⁷, o que levou o grupo de pesquisadores a

¹⁶ São 37 municípios com menos de 10 mil habitantes. Destes, 31 possuem menos de 5 mil habitantes.

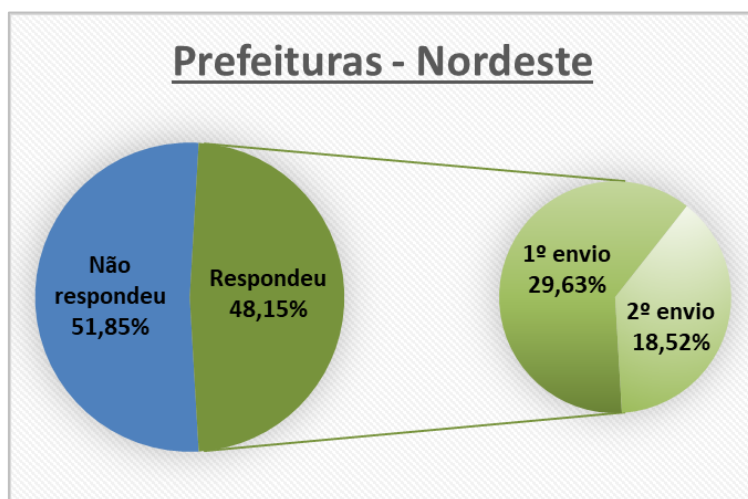
¹⁷ Os “erros do sistema” foram identificados em diferentes momentos: ao enviar o pedido; o sistema acusou erro em algum momento, ou o formulário não finalizou ao encaminhar o pedido.

encaminharem os pedidos para e-mails e contatos disponíveis nos sítios eletrônicos ou disponibilizados pela FAMURS.

A pesquisa contou com as respostas dos pedidos de informações das Câmaras Municipais de: André da Rocha, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Capão Bonito do Sul, Carlos Barbosa, Flores da Cunha, Garibaldi, Guabiju, Guapore, Lagoa Vermelha, Montauri, Muitos Capões, Nova Alvorada, Nova Araçá, Nova Roma do Sul, Pinhal da Serra, São Francisco de Paula, São Marcos e Vacaria.

Dentre as Prefeituras, as da mesorregião Nordeste foram as que mais participaram da pesquisa. São 48,15% ou 26 respostas dentre os 54 pedidos, onde 16 (ou 29,63%) foram respondidos já no primeiro envio (Gráfico 19 a seguir). Além disso, o tempo médio de respostas foi de 14,68 dias.

Gráfico 19 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras da Mesorregião Nordeste do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa contou com as respostas dos pedidos de informações das Prefeituras de: Anta Gorda, Boa Vista do Sul, Bom Jesus, Campestre da Serra, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Farroupilha, Flores da Cunha, Guabiju, Ipê, Itapuca, Montauri, Muitos Capões, Nova Alvorada, Nova Araçá, Nova Prata, Paraí, Pinhal da Serra, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Marcos, São Valentim do Sul, Veranópolis, e Vila Flores.

As respostas sinalizam uma preocupação com o tratamento dos documentos, entretanto refletem a não efetivação de políticas ou constituição de arquivos. Das respostas recebidas, apenas 11 Prefeituras afirmaram possuir arquivos, sendo 5 com legislação correspondente (Gráfico 20 a seguir). Quanto às políticas ou sistemas de arquivos, 19 Prefeituras afirmaram não possuir e 7 não responderam.

Gráfico 20 - Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Nordeste do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Já entre as Câmaras que responderam aos pedidos de informação, 7 afirmaram ter arquivos e uma com legislação que o institui. Sobre Políticas e Sistemas de Arquivos, apenas uma Câmara afirmou possuir (Gráfico 20 acima). Vale informar que a Câmara que indica a Legislação que institui o arquivo não é a mesma que afirma possuir política ou sistema de arquivos.

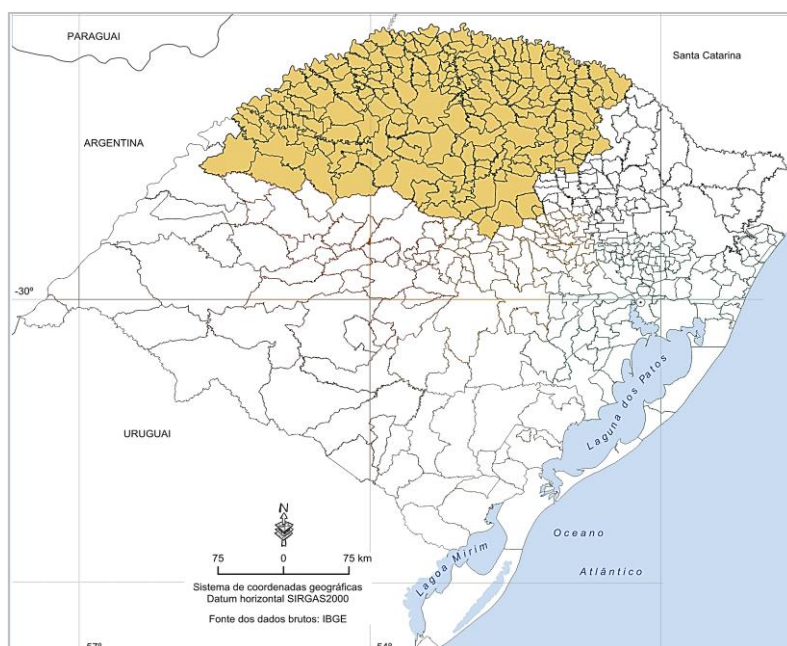
3.5 Mesorregião Noroeste Rio-grandense

A Mesorregião Noroeste Rio-grandense abrange 13 microrregiões: Santa Rosa, Três Passos, Frederico Westphalen, Erechim, Sananduva, Cerro Largo, Santo Ângelo, Ijuí, Carazinho, Passo Fundo, Cruz Alta, Não-Me-Toque e Soledade. Politicamente, soma 216 municípios (Mapa 6 a seguir) e é a maior mesorregião em número de municípios e em território. Além disso, é a segunda maior em número de habitantes e eleitores: 2.056.411 habitantes pela estimativa de 2019 e 1.547.391 eleitores em 2018 (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019).

A maior parte dos municípios, cerca de 80%, é de pequeno porte populacional de acordo com o parâmetro desta pesquisa, no caso, com menos de 10 mil habitantes (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019). Mesmo assim, apenas 16 sítios eletrônicos de Prefeituras ou Câmaras não foram localizados, cerca de 6% dentre os 432 órgãos pesquisados¹⁸.

¹⁸ Como mencionamos anteriormente, para os locais que não foi possível localizar os sítios eletrônicos, os contatos foram obtidos através de contato com a FAMURS.

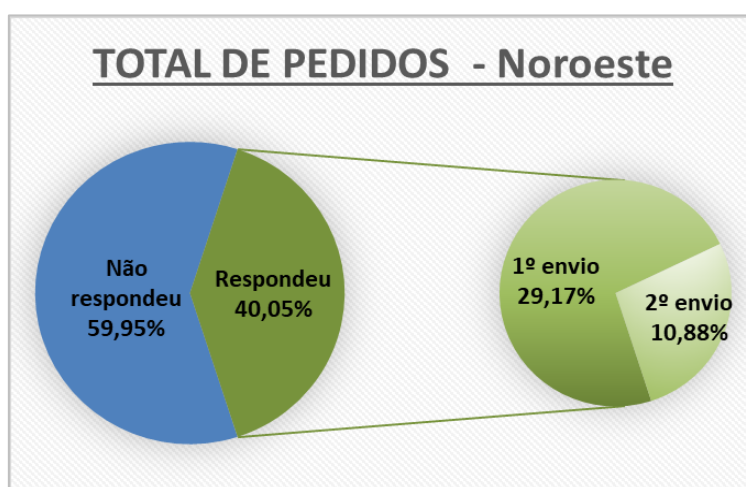
Mapa 6 - Localização da Mesorregião Noroeste no Estado do RS.



Fonte: Arquivo dos autores.

Foram 173 respostas recebidas (ou 40,05% - Gráfico 21 a seguir) com um tempo médio de 23,77 dias entre o envio do pedido e a resposta. Apesar da maioria ter respondido dentro dos 20 dias exigidos pela LAI, alguns órgãos levaram um tempo muito maior para encaminhamento das respostas, seis responderam com mais de 100 dias de intervalo.

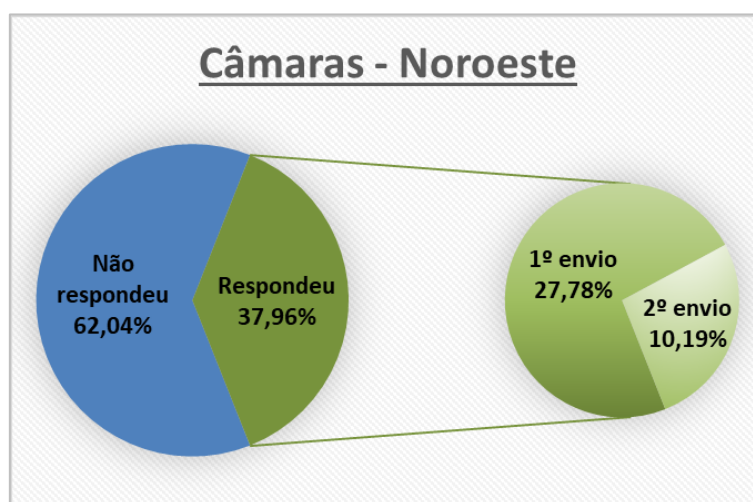
Gráfico 21 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Noroeste do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação às Câmaras Municipais, 82 responderam aos pedidos de informação (ou 37,96% - Gráfico 22 a seguir). Entre estas, a maior parte das respostas, cerca de 69,51%, foram encaminhadas por Câmaras cujos municípios possuem menos de 10 mil habitantes. Apesar de 57 municípios encaminharem as respostas dentro do prazo exigido pela LAI, a média de tempo para as Câmaras ficou em 28,63 dias. Duas Câmaras responderam depois de 300 dias do pedido realizado.

Gráfico 22 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras da Mesorregião Noroeste do RS.



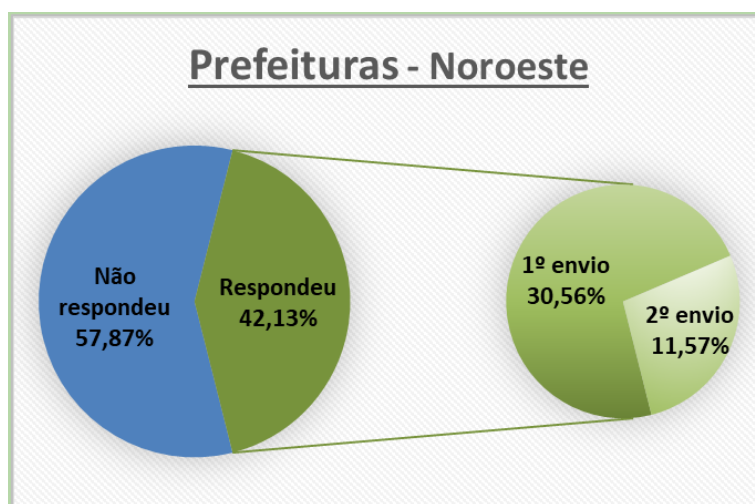
Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa contou com as respostas dos pedidos de informações das Câmaras Municipais de: Ajuricaba, Alecrim, Augusto Pestana, Barão de Cotegipe, Barra Funda, Boa Vista do Cadeado, Caibaté, Camargo, Campina das Missões, Campos Borges, Cândido Godói, Casca, Cerro Largo, Colorado, Condor, Coronel Barros, Cruz Alta, David Canabarro, Derrubadas, Doutor Maurício Cardoso, Erechim, Fortaleza dos Valos, Gaurama, Gentil, Getúlio Vargas, Giruá, Horizontina, Humaita, Ibirubá, Ijuí, Independência, Inhacorá, Iraí, Joia, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Mato Queimado, Muliterno, Não-Me-Toque, Nonoai, Nova Boa Vista, Nova Candelária, Nova Ramada, Panambi, Passo Fundo, Pejuçara, Pirapó, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Rolador, Ronda Alta, Rondinha, Roque Gonzales, Salto do Jacuí, Salvador das Missões, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto, Santo Cristo, São Domingos do Sul, São João da Urtiga, São José do Inhacorá, São Luiz Gonzaga, São Martinho, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, Sarandi, Sete de Setembro, Severiano de Almeida, Tapera, Taquaruçu do Sul, Tenente Portela, Três de Maio, Tucunduva, Tupanci do Sul, Tuparendi, Vanini, Vila Maria, e Vitória das Missões.

Quanto às Prefeituras, foram 91 respostas (42,13% - Gráfico 23 a seguir) que o OARS recebeu até 31 de dezembro de 2020. Novamente, os municípios de pequeno porte populacional foram os que mais participaram: 76,92% das respostas recebidas. Outro fator que se repete é a porcentagem maior de retorno já no primeiro pedido, foram 30,56% dentre

as respostas recebidas. O tempo entre o pedido de informação e a resposta foi de 19,39 dias, o que está de acordo com os parâmetros exigidos pela LAI.

Gráfico 23 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras da Mesorregião Noroeste do RS.

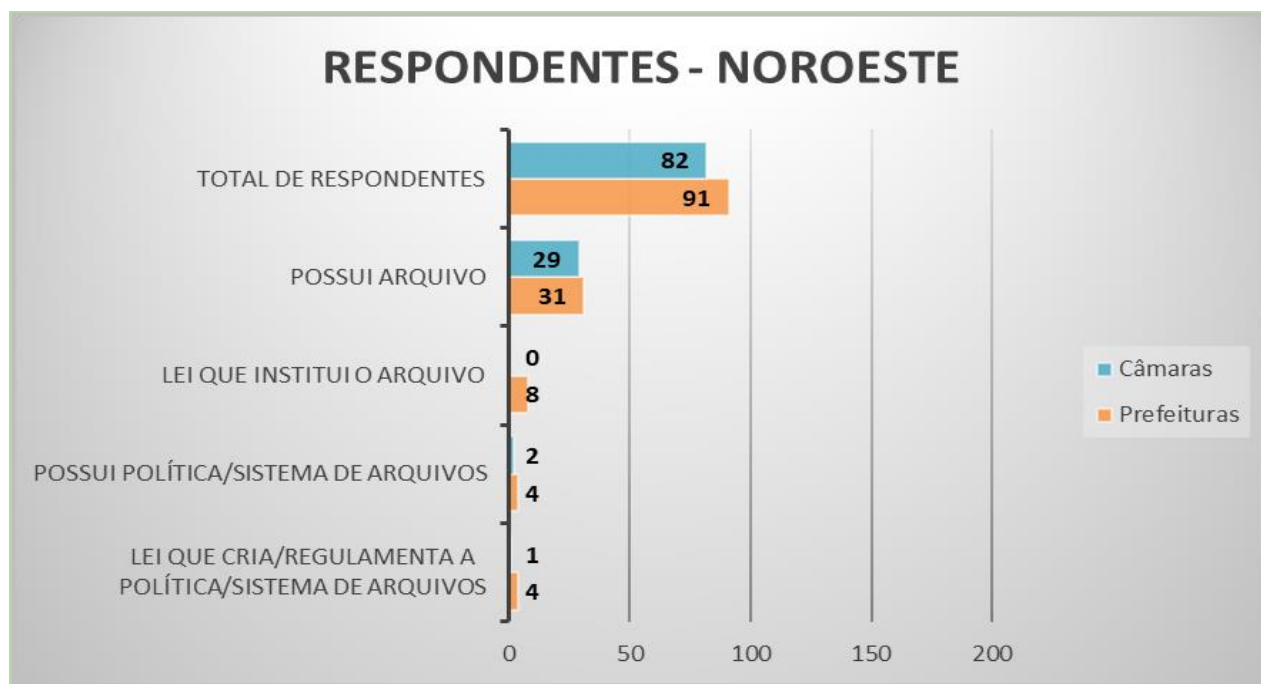


Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa contou com as respostas dos pedidos de informações das Prefeituras de: Água Santa, Almirante Tamandaré do Sul, Alpestre, Alto Alegre, Augusto Pestana, Áurea, Barra do Guarita, Barros Cassal, Boa Vista das Missões, Boa Vista do Buricá, Boa Vista do Cadeado, Bossoroca, Braga, Caibaté, Camargo, Campina das Missões, Campo Novo, Cândido Godói, Carazinho, Carlos Gomes, Casca, Caseiros, Catuípe, Cerro Grande, Cerro Largo, Chapada, Charrua, Chiapetta, Colorado, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Doutor Maurício Cardoso, Erebang, Ernestina, Esperança do Sul, Eugênio de Castro, Fontoura Xavier, Fortaleza dos Valos, Getúlio Vargas, Giruá, Guarani das Missões, Humaitá, Ibiaça, Ibirubá, Independência, Ipiranga do Sul, Iraí, Jaboticaba, Jóia, Liberato Salzano, Mato Queimado, Nicolau Vergueiro, Nova Candelária, Nova Ramada, Novo Barreiro, Novo Machado, Novo Xingu, Palmeira das Missões, Panambi, Passo Fundo, Paulo Bento, Pejuçara, Pinhal, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Quatro Irmãos, Roque Gonzales, Salto do Jacuí, Santa Rosa, Santo Antônio das Missões, Santo Antônio do Palma, Santo Cristo, São Domingos do Sul, São José do Inhacorá, São Luiz Gonzaga, São Martinho, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sarandi, Senador Salgado Filho, Sete de Setembro, Tapejara, Tapera, Taquaruçu do Sul, Tiradentes do Sul, Três de Maio, Tucunduva, Viadutos, e Vila Maria.

Apesar de quase o mesmo número de Prefeituras e Câmaras informarem que possuem arquivos, a mesma proporção não se observa quanto a Lei que institui o arquivo ou em relação a existência de uma política/sistema de arquivos (Gráfico 24 a seguir). Em várias respostas aparece a preocupação com os documentos digitais, entretanto a não configuração do arquivo como órgão responsável para realizar a gestão da documentação é preocupante.

Gráfico 24 - Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Noroeste do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

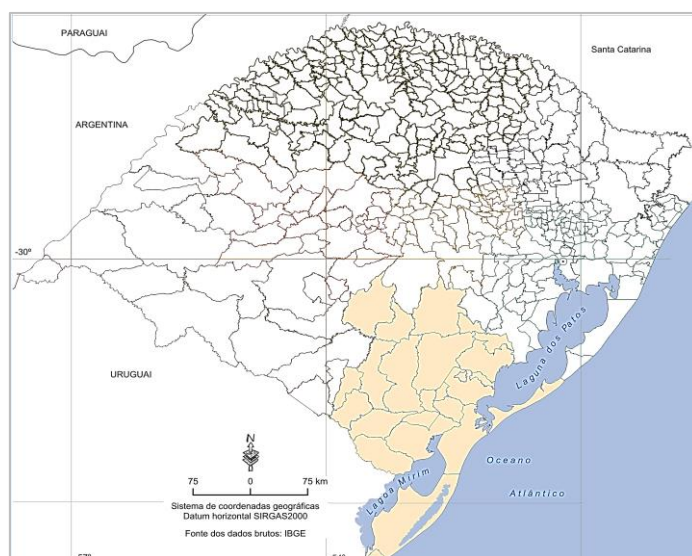
Dentre as respostas recebidas, o termo “Arquivo Morto” é bastante referenciado. Em relação às Prefeituras, apenas 4 afirmaram possuir arquivo e política/sistema de arquivos (Gráfico 24 acima). Estas, apresentaram e encaminharam legislação correspondente. Quanto às Câmaras, as duas que indicaram possuir Política ou Sistema de Arquivos, afirmaram não possuir arquivo ou pessoa responsável para efetuar a gestão dos documentos.

3.6 Mesorregião Sudeste Rio-grandense

Totalizando 25 municípios, a mesorregião Sudeste Rio-grandense é composta pelas microrregiões de Jaguarão, Litoral Lagunar, Pelotas e Serras de Sudeste (Mapa 7 a seguir). Com uma população estimada em 937.356 habitantes, o número de eleitores em 2018 chegou a 694.838 (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Quase a metade dos municípios, 12 ao todo, são de pequeno porte populacional de acordo com o parâmetro desta pesquisa, no caso, com menos de 10 mil habitantes (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019). Dos 50 órgãos pesquisados apenas 4 não possuíam sítios eletrônicos na época da consulta. Entretanto vários apresentaram erro de sistema no e-SIC ao finalizar a consulta ou indicavam apenas contato por e-mail.

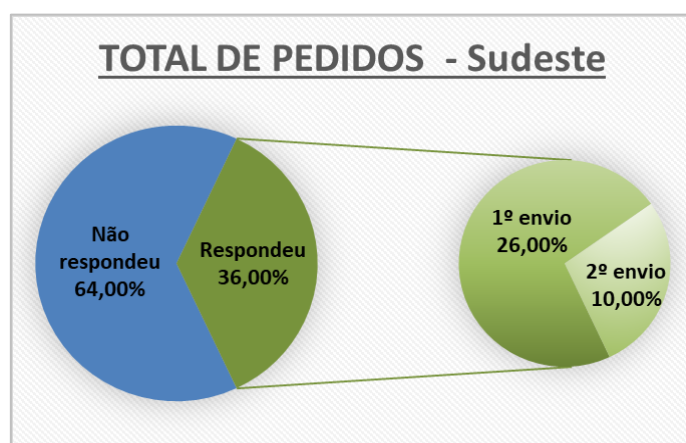
Mapa 7 - Localização da Mesorregião Sudeste no Estado do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos 50 pedidos encaminhados, apenas 18 responderam (36% - Gráfico 25 a seguir) entre Câmaras e Prefeituras. O tempo médio do envio das respostas ficou em 23,61 dias, tempo maior que o exigido pela LAI¹⁹. Apesar de 12 órgãos encaminharem as respostas em tempo hábil, os demais órgãos encaminharam com tempo muito superior. Vale destacar que enquanto quatro órgãos responderam de forma muito rápida (uma prefeitura respondeu no mesmo dia e outras três responderam no dia seguinte), outros levaram 55 ou 116 dias para encaminharem as respostas.

Gráfico 25 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Sudeste do RS.

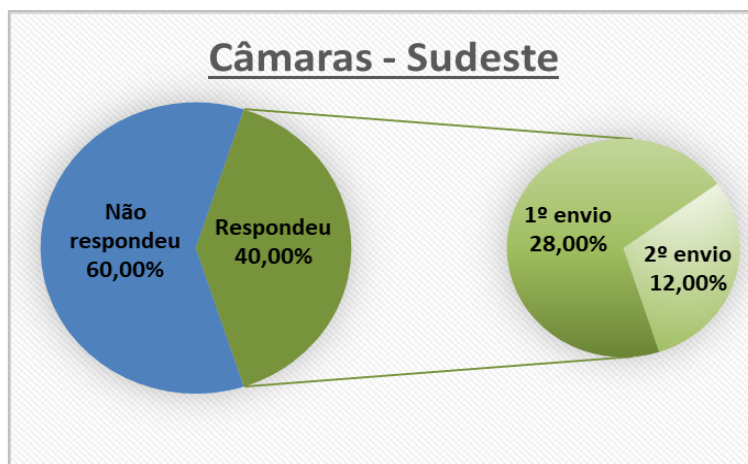


Fonte: Elaborado pelos autores.

¹⁹ O tempo exigido pela LAI para respostas aos pedidos de informação é de 20 dias.

Dentre as Câmaras, a pesquisa recebeu 10 respostas (ou 40% - Gráfico 26 a seguir) sendo 7 já no primeiro envio. Dentre estas primeiras respostas, 3 foram de Câmaras Municipais de municípios de pequeno porte populacional.

Gráfico 26 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras da Mesorregião Sudeste do RS.

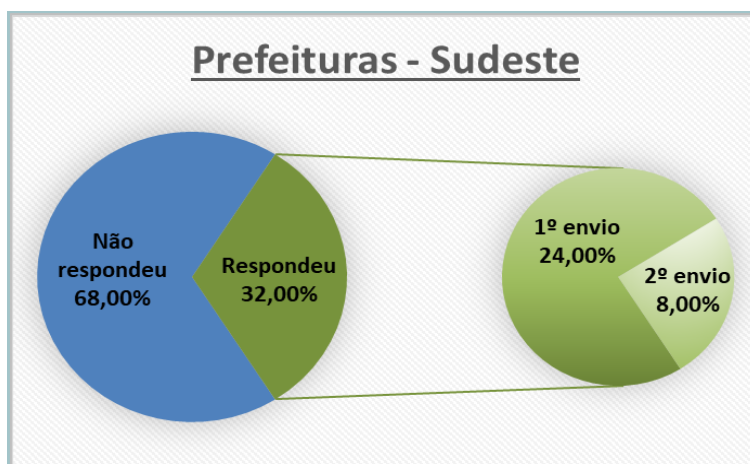


Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa contou com as respostas dos pedidos de informações das Câmaras Municipais de: Arroio do Padre, Capão do Leão, Chuí, Herval, Jaguarão, Pedras Altas, Pinheiro Machado, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, e São Lourenço do Sul.

Das 6 Prefeituras que responderam ao primeiro pedido de informação (24% - Gráfico 27) duas delas correspondem a municípios de pequeno porte. No todo, foram 8 prefeituras (ou 32%) que encaminharam suas respostas.

Gráfico 27- Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras da Mesorregião Sudeste do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa contou com as respostas dos pedidos de informações das Prefeituras de: Capão do Leão, Herval, Pedras Altas, Pelotas, Piratini, Santana da Boa Vista, São José do Norte, e São Lourenço do Sul.

Apenas em um município, tanto a Prefeitura como a Câmara, apontaram legislação correspondente a criação do arquivo (Gráfico 28 – a seguir). Quando perguntados sobre se possuem uma política pública arquivística e/ou sistemas de arquivos, somente uma Câmara afirma positivamente e indica a legislação correspondente.

Gráfico 28 - Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Sudeste do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

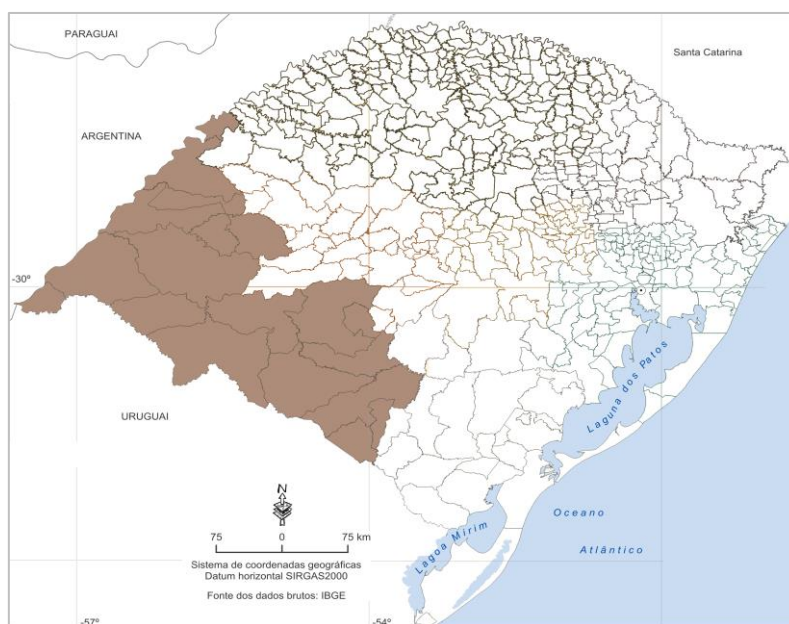
Dentre os que responderam não possuir arquivos e ou política/sistemas de arquivos, chama a atenção que três órgãos não mencionam um departamento, setor ou pessoa responsável pela gestão e/ou guarda da documentação. Ainda, dentre estes, um afirma que o arquivo desde 2018 é todo digital.

A mesorregião Sudeste possui o curso de Arquivologia mais recente do estado do RS. Criado em 2008 pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), o curso tem sua sede na cidade de Rio Grande.

3.7 Mesorregião Sudoeste Rio-grandense

Compreendendo as microrregiões Campanha Central, Campanha Meridional e Campanha Ocidental (Mapa 8 a seguir), a mesorregião Sudoeste possui uma população estimada em 705.077 habitantes. Com 19 municípios, o menor número entre as mesorregiões do estado, no ano de 2018 somava 561.912 eleitores (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Mapa 8 - Localização da Mesorregião Sudoeste no Estado do RS.

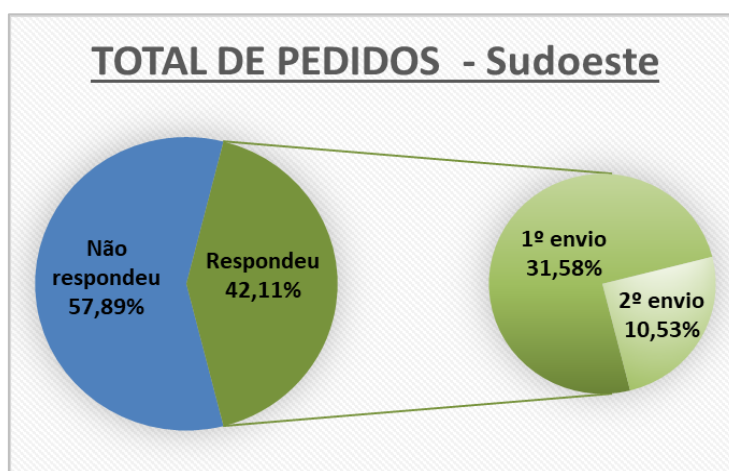


Fonte: Elaborado pelos autores.

Com o tempo médio de respostas em 23,62 dias, apenas 5 órgãos responderam dentro do prazo estabelecido pela LAI. Dentre estes, um solicitou 10 dias de prorrogação do prazo, o que o manteve no cumprimento das exigências da referida Lei.

Apenas para dois órgãos não foram localizados os sítios eletrônicos e houve a necessidade de encaminhamento por e-mail informado pela FAMURGS. Dos 64 pedidos encaminhados, 12 (ou 31,58% -Gráfico 29) responderam já ao primeiro pedido enviado. No total, foram 16 órgãos (ou 42,11%) que encaminharam suas respostas ao OARS.

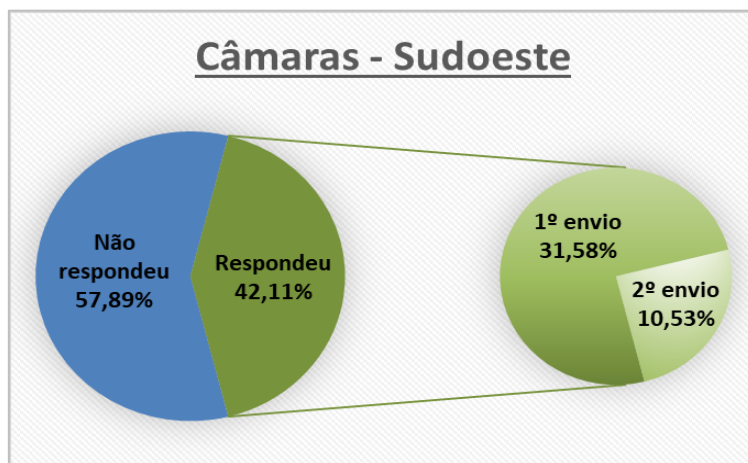
Gráfico 29 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Sudoeste do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre as 8 Câmaras (ou 42,11% - Gráfico 30 a seguir) que encaminharam as respostas, 4 estão localizadas em municípios com menos de 10 mil habitantes e responderam já ao primeiro envio do pedido de informação. Entre as outras 4 Câmaras respondentes, que se localizam em municípios de médio porte populacional²⁰, duas responderam apenas ao segundo envio do pedido.

Gráfico 30 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Câmaras da Mesorregião Sudoeste do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Faz-se necessário salientar que, em relação às Câmaras, a média de tempo entre o encaminhamento do pedido de informação e a resposta ficou em 19 dias, cumprindo assim o requisito legal estabelecido pela LAI.

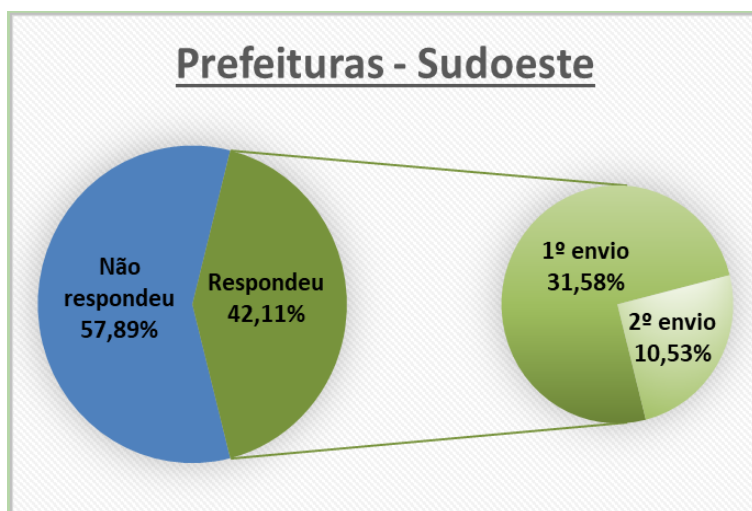
A pesquisa contou com as respostas dos pedidos de informações das Câmaras Municipais de: Dom Pedrito, Garruchos, Maçambará, Manoel Viana, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, e São Francisco de Assis.

O quantitativo de respostas das Câmaras e Prefeituras são exatamente iguais: 8 respostas, sendo 6 no primeiro envio e 2 no segundo (42,11%, 31,58% e 10,53% respectivamente - Gráfico 31 a seguir). Já em relação ao porte populacional, duas prefeituras que responderam ao primeiro pedido de informação e uma que respondeu ao segundo, correspondem a municípios de pequeno porte.

A pesquisa contou com as respostas dos pedidos de informações das Prefeituras de: Aceguá, Bagé, Barra do Quaraí, Hulha Negra, Itaqui, Quaraí, São Francisco de Assis, e Uruguaiana.

²⁰ Para fins desta pesquisa consideramos médio porte populacional os municípios que possuem mais de 10 mil habitantes e menos que 100 mil.

Gráfico 31 - Percentual de retorno dos pedidos de informação enviados às Prefeituras da Mesorregião Sudoeste do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quase a totalidade das Câmaras que responderam afirma possuir arquivos, e duas mencionam a legislação correspondente (Gráfico 32 a seguir). Em relação às Prefeituras, 50% das que encaminharam as respostas possuem arquivos e indicam a legislação.

Gráfico 32 - Respostas dos pedidos de informação enviados às Câmaras e às Prefeituras da Mesorregião Sudoeste do RS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Importante destacar ainda que, dentre as prefeituras que possuem arquivos, três responderam que possuem políticas e/ou sistemas de arquivos regulamentados por lei. E dos 5 órgãos que responderam não possuir arquivo, apenas 2 não indicam quem estaria responsável pela gestão e/ou preservação dos documentos.

4. Próximas etapas da pesquisa

O projeto Observatório dos Arquivos do RS tem, desde o início de sua formulação, a preocupação de buscar informações a respeito dos arquivos e políticas públicas arquivísticas implantadas no estado. Ao mesmo tempo em que queríamos identificar e publicizar o maior número de informações, desejávamos que as instituições públicas respondessem e participassem conosco deste trabalho. Optamos então pela pesquisa através dos Sistemas de Informação ao Cidadão e, com isto, novas informações e percepções somaram-se ao trabalho.

Chegamos a todos os municípios, Câmaras e Prefeituras, através do encaminhamento dos pedidos de informação. Identificamos que instituições respondem aos pedidos de informação através dos e-SIC's e em quanto tempo isto ocorre. Mapeamos informações a respeito dos arquivos, políticas arquivísticas e sistemas de arquivo, bem como reunimos a legislação encaminhada pelos órgãos. Concluímos assim um primeiro mapeamento sobre os arquivos e políticas arquivísticas no RS.

Trabalhar com as respostas encaminhadas pelos e-SIC's das Câmaras e Prefeituras Municipais proporcionou uma melhor perspectiva a respeito da compreensão que estas instituições possuem sobre a organização e preservação dos documentos de arquivo que registram as ações governamentais ou as atividades rotineiras (atividades-meio). Documentos estes que garantem direitos, que transparecem as ações dos governos e registram o desenvolvimento das cidades.

Por outro lado, este contato possibilitou também que instituições demonstrassem interesse no aperfeiçoamento de seu trabalho e aprofundamento sobre a área fazendo com que o OARS cumprisse parte de seu objetivo ao servir como fonte de informações e debate a respeito do assunto.

A pesquisa, ainda com foco nos órgãos municipais, encontra-se em fase de análise qualitativa dos dados e aprofundamento das informações recebidas. O OARS permanece aberto a atualizações e propõe-se a atualizar este relatório a cada triênio.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 18 jun. 2020.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas. **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil. 2016. 261 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AM2PLJ>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BERTOTTI, Valéria Raquel; COUGO JUNIOR, Francisco Alcides (coord.). **Observatório dos Arquivos do Rio Grande do Sul**: projeto. Porto Alegre: PAPEARQ, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/papearq/?projects=project-delta>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRASIL. **Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações [...]. Brasília: Congresso Nacional, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 27 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 27 maio 2020.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloísa Liberalli (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/FAPESP, 2010.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (Rio Grande do Sul). **DEEDADOS**. Porto Alegre: DEE, 2019. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

FERREIRA, Maria de Lourdes. **Os arquivos da administração pública nos municípios do Grande ABC Paulista**: a busca do fio de Ariadne. 2005. 197 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05082005-174441/pt-br.php>. Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/51586>. Acesso em: 18 jun. 2020.

PESSOA, Mariana Lisboa *e/ at.* RS Político. *In*: PESSOA, Mariana Lisboa (org.). **Atlas FEE**. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/geral/rs-politico/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SECCHI, Leonardo. Ciclo de políticas públicas. *In*: SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. p. 43-80.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006. p. 1-15. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1026>. Acesso em: 27 jun. 2020.

